



# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 15.787

João Pessoa - Sábado, 21 de Março de 2015

Preço: R\$ 2,00

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 35.765 DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Cria a gestão compartilhada de atividades de apoio e suporte administrativo do Centro Integrado de Ensino de Educação Física - CIEF entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA no uso de atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 86, da Constituição do Estado, e tendo em vista o art. 49 da Medida Provisória nº 230, de 02 de Janeiro de 2015, e

Considerando a necessidade de aprimoramento e fortalecimento da execução da política estadual de desporto, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública,

Considerando a observância das diretrizes de equilíbrio fiscal e da gestão para resultados, visando o modelo de gestão transversal de desenvolvimento, orientado pelas diretrizes de colaboração institucional e de intersetorialidade no âmbito governamental e extragovernamental;

Considerando os princípios da transparência administrativa e participação social, de qualidade do gasto, eficiência e compartilhamento na gestão e de melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos, com ênfase nas prioridades estratégicas do Governo,

**D E C R E T A:**

Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer passarão a ter gestão compartilhada nas atividades de apoio e suporte administrativo do Centro Integrado de Ensino de Educação Física – CIEF.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer é a responsável pela arrecadação e operacionalização dos recursos advindos de pagamentos provenientes do uso das dependências do Centro Integrado de Ensino de Educação Física – CIEF, bem como da prática das modalidades esportivas ofertadas à comunidade, até que o Fundo do CIEF, instituído pela Medida Provisória 230 de 02 de Janeiro de 2015, esteja em pleno funcionamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 20 de março de 2015; 127º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO  
Governador

Ato Governamental nº 1.529

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, incisos XVIII e XX, da Constituição do Estado, com fulcro na Lei Complementar nº 85/2010, alterada pela Lei Complementar nº 94/2010, na Lei nº 8.672/2008 e alterações a Lei 8.186/2007, e no Parecer exarado no Processo de PROMOÇÃO FUNCIONAL por bravura,

R E S O L V E promover, por Ato e Bravura, o servidor THYAGO MEDEIROS DA SILVA, matrícula nº 168.366-7, da 3ª Classe para 2ª Classe de Agente de Investigação, de acordo com o artigo 267 da Lei Complementar nº 85/2008 (Lei Orgânica da Polícia Civil)

Ato Governamental nº 1.530

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

R E S O L V E exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes dos cargos em comissão, definidos neste Ato Governamental, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	SIMBOLOGIA
Iumara Bezerra Gomes	155.643-6	Delegado Titular de Delegacia Especializada -DDF	CAD-3
Yuri Givago Araújo Rodrigues	168.503-1	Delegado Titular de Delegacia Especializada	CAD-3
Gilson Duarte Rosas Filho	168.486-8	Delegado de Comarca	CSP-3
Maria do Socorro Barbosa Fausto	156.897-3	Delegado de Comarca	CSP-3
Francisco Guilherme Ribeiro	155.301-1	Chefe de Cartório - DDF	FGT-1
Luiz Xavier da Silva Junior	155.676-2	Comissário de Polícia	FGT-1
Alberto Jorge Diniz e Silva	133.195-7	Delegado de Comarca	CSP-3

Ato Governamental nº 1.531

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

Medida Provisória nº 221, de 03 de abril de 2014, na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei 8.371, de 09 de Novembro de 2007,

R E S O L V E nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social:

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
Lucas Sá de Oliveira	Delegado Titular de Delegacia Especializada - DDF	CAD-3
Gilson Duarte Rosas Filho	Delegado Titular de Delegacia Especializada	CAD-3
Yuri Givago Araújo Rodrigues	Delegado de Comarca	CSP-3
Heriberto Paulino da Costa Filho	Delegado de Comarca	CSP-3
Alberto Jorge Diniz e Silva	Delegado Titular de Delegacia Distrital	CSP-2

Ato Governamental nº 1.532

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, Medida Provisória nº 221, de 03 de abril de 2014, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei 8.371, de 09 de Novembro de 2007,

R E S O L V E nomear os servidores abaixo discriminados, para exercerem as Funções Gratificadas, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, definidas neste Ato Governamental:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	SIMBOLOGIA
Mércia Gisani Alves Celestino	168.338-1	Secretário do Delegado Seccional -16ºDSPC	FGT-1
Jean Lima de Brito	155.972-9	Chefe de Cartório - DDF	FGT-1
Jailton André Araújo	168.618-6	Chefe de Cartório - DP Lagoa Seca	FGT-1
Franklin da Silva Basílio	156.263-1	Comissário de Polícia	FGT-1
Anna Patrícia de Almeida Medeiros	168.286-5	Comissário de Polícia	FGT-1

Ato Governamental nº 1.533

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado,

R E S O L V E tornar sem efeito a nomeação dos servidores abaixo discriminados, nomeados para os cargos em comissão, definidos neste Ato Governamental:

SERVIDOR	CARGO	AG	DATA
Jailson Barbosa da Silva	Chefe de Cartório	1.191	10.03.2015
Marco Antônio Freitas Noronha	Chefe de Cartório	1.191	10.03.2015

Ato Governamental nº 1.534

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, Medida Provisória nº 221, de 03 de abril de 2014, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e alterada pela Lei nº 8.632, de 31 de julho 2008,

R E S O L V E nomear ADRIANNA PERAZZO GOMES PEREIRA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Subchefe de Núcleo de Polícia Científica, Símbolo CAD-3, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

Ato Governamental nº 1.535

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado,

R E S O L V E tornar sem efeito a nomeação de LUCIVANIA QUEIROZ, nomeado para o cargo de Articulador Regional da 5ª Região, através do AG 680, publicado no Diário Oficial do Estado em 03 de fevereiro de 2015.

Ato Governamental nº 1.536

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015,

R E S O L V E nomear JOSE ARAGONES CORREIA DE BRITO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Articulador Regional da 5ª Região, Símbolo CGF-2, da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático.

Ato Governamental nº 1.537

João Pessoa, 20 de março de 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, **JOSE NOIRTON MAIA LEITE**, matrícula nº 92.865-8, do cargo em comissão de Gerente de Administração e de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Cultura, Símbolo CGI-1.

**Ato Governamental nº 1.538****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **PATRICIA FABIANA DE ANDRADE SOUZA** para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Cultura, Símbolo CGI-1.

**Ato Governamental nº 1.539****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015,

**R E S O L V E** nomear **LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Subgerente de Controle de Contratos e Convênios, Símbolo CGI-2, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.540****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015,

**R E S O L V E** nomear **ELLEN OURIKES THOMAZ DA SILVA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Assessoria Técnico-normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Educação, Símbolo CAD-6.

**Ato Governamental nº 1.541****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015,

**R E S O L V E** nomear **JULIANA QUEIROZ DE SÁ BENEVIDES**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Assessoria Técnico-normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, Símbolo CAD-6.

**Ato Governamental nº 1.542****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Lei Complementar nº 86, de 01 de dezembro de 2008,

**R E S O L V E** nomear **LAERTON LEANDRO DE AMORIM**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Agente Condutor de Veículos I, Símbolo CSE-1, da Procuradoria Geral do Estado.

**Ato Governamental nº 1.543****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**GOVERNO DO ESTADO****Governador Ricardo Vieira Coutinho****SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL****A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora****BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010****Albiege Lea Araújo Fernandes**  
SUPERINTENDENTE**Murillo Padilha Câmara Neto**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO**Walter Galvão P. de Vasconcelos Filho**  
DIRETOR TÉCNICO**Gilson Renato de Oliveira**  
DIRETOR DE OPERAÇÕES**Lúcio Falcão**  
EDITOR DO DIÁRIO OFICIAL

Fones: 3218-6533/3218-6526 - E-mail: wdesdiario@gmail.com

Assinatura: (83) 3218-6518

Anual ..... R\$ 400,00  
 Semestral ..... R\$ 200,00  
 Número Atrasado ..... R\$ 3,00

plementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de Pedras de Fogo, da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	SIMBOLOGIA
Emanuel Jorge de Oliveira	Diretor da EEEIEFM JOÃO ÚRSULO	180.545-2	CDE-9
Zenaide Cesar de Mendonça	Vice-Diretor da EEEIEFM JOÃO ÚRSULO	145.801-9	CVE-9
Jaqueleine Santos da Silva Monteiro	Secretário da EEEIEFM JOÃO ÚRSULO	179.897-9	SDE-9

**Ato Governamental nº 1.544****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de Pedras de Fogo, definidos neste Ato Governamental:

Servidor	Cargo	Simbologia
Maciel Albino da Silva	Diretor da EEEIEFM JOÃO ÚRSULO	CDE-9
Nidiane Souza de Franca	Vice-Diretor da EEEIEFM JOÃO ÚRSULO	CVE-9
Roberta Maria Santos da Cunha Ramalho	Secretário da EEEIEFM JOÃO ÚRSULO	SDE-9

**Ato Governamental nº 1.545****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **JOSE FAGNER DA SILVA**, matrícula nº 181.107-0, do cargo em comissão de Secretario da EEEIEFM PROFº GETÚLIO CÉSAR RODRIGUES GUEDES, Símbolo SDE-9, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.546****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **RODOLFO FELLIPE OLIVEIRA CESAR**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário da EEEIEFM PROFº GETÚLIO CÉSAR RODRIGUES GUEDES, no Município de Pedras de Fogo, Símbolo SDE-9, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.547****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **ARETUSA DE FATIMA DA SILVA REGO SOUZA**, matrícula nº 180.505-3, do cargo em comissão de Vice-Diretor da EEEFM TEREZA ALVES DE MOURA, Símbolo CVE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.548****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **JOSE HELIO BARBOSA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Vice-Diretor da EEEFM TEREZA ALVES DE MOURA, no Município de Queimadas, Símbolo CVE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.549****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **DAGMAR VALENTE DA SILVA NARCISO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEF JOSÉ SILVERIO, no Município de Itatuba, Símbolo CDE-12, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.550****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **EDIJANETE BARBOSA GUERRA ARAÚJO**, matrícula nº 169.475-8, do cargo em comissão de Diretor da EEEF JOSÉ SILVERIO, Símbolo CDE-12, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.551****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **REJANE NERES DA SILVA**, matrícula nº 169.476-6, do cargo em comissão de Vice-Diretor da EEEFM JOSÉ RODRIGUES DE ATAIDE, Símbolo CVE-7, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.552**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **ELIZANGELA DA SILVA MERENCIO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Vice-Diretor da EEEFM JOSÉ RODRIGUES DE ATAIDE, no Município de Itatuba, Símbolo CVE-7, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.553**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **MARLY LIMA DA SILVA**, matrícula nº 141.820-3, do cargo em comissão de Diretor da EEEFM DR. JOSÉ AUGUSTO DA TRINDADE, Símbolo CDE-14, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.554**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **LIVIA MONICA FERREIRA DE ARAÚJO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEFM DR. JOSÉ AUGUSTO DA TRINDADE, no Município de Mamanguape, Símbolo CDE-14, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.555**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **VALDINETE DA SILVA SANTOS**, matrícula nº 180.186-4, do cargo em comissão de Diretor da EEEFM PROF. ANTONIO GARCEZ, Símbolo CDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.556**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **JEANNY DA SILVA FERNANDES**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEFM PROF. ANTONIO GARCEZ, no Município de Mamanguape, Símbolo CDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.557**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **KADJA NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, nomeado para o cargo de Diretor da EEEFM UMBELINA GARCEZ, através do AG 4225, publicado no Diário Oficial do Estado em 17 de setembro de 2014.

**Ato Governamental nº 1.558**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **THAYS ROSAS FEREIRA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEFM UMBELINA GARCEZ, no Município de Mamanguape, Símbolo CDE-7, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.559**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de Aroeiras, da Secretaria de Estado da Educação:

Nome	Cargo	Matrícula	Simbologia
Josefa Suzana de Paula Oliveira Cavalcanti	Diretor da EEEFM MAJ. JOSE BARBOSA	142.618-4	CDE-12
Joicy Gabrielly de Vasconcelos Duarte Arruda	Secretário da EEEFM MAJ. JOSE BARBOSA	169.564-9	SDE-12

**Ato Governamental nº 1.560**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe

confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de Aroeiras, definidos neste Ato Governamental:

Servidor	Cargo	Simbologia
Maria do Socorro Brito	Diretor da EEEFM MAJ. JOSE BARBOSA	CDE-12
Josefa Alzanaide Gomes do Nascimento	Secretário da EEEFM MAJ. JOSE BARBOSA	SDE-12

**Ato Governamental nº 1.561**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de Aroeiras, da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	SIMBOLOGIA
Patrícia Andrade Queiroz	Vice-Diretor da EEEFM DEP. CARLOS PESSOA FILHO	179.761-1	CVE-7
Candida Rafaelly Cavalcante Rocha Souza	Vice-Diretor da EEEFM DEP. CARLOS PESSOA FILHO	169.565-7	CVE-7
Alex Aguiar de Lima	Secretário da EEEFM DEP. CARLOS PESSOA FILHO	180.653-0	SDE-7

**Ato Governamental nº 1.562**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de Aroeiras, definidos neste Ato Governamental:

Servidor	Cargo	Simbologia
Alexandra Gomes Barbosa de Lima	Vice-Diretor da EEEFM DEP. CARLOS PESSOA FILHO	CVE-7
Odaise Batista da Silva	Vice-Diretor da EEEFM DEP. CARLOS PESSOA FILHO	CVE-7
Ana Paula Nunes de Albuquerque	Secretário da EEEFM DEP. CARLOS PESSOA FILHO	SDE-7

**Ato Governamental nº 1.563**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **ANTONIO SEVERO SOBRINHO**, nomeado para o cargo de Vice-Diretor da EEEFM ADRIANO FEITOSA, através do AG 1029, publicado no Diário Oficial do Estado em 28 de fevereiro de 2015.

**Ato Governamental nº 1.564**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **CLEONICE DE SOUSA BEZERRA MELO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Vice-Diretor da EEEFM ADRIANO FEITOSA, no Município de Tavares, Símbolo CVE-7, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.565**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **VERONICA CORREIA DOS ANJOS SILVA**, nomeado para o cargo de Diretor da EEEFM AÇUDE DO MATO, através do AG 1155, publicado no Diário Oficial do Estado em 05 de março de 2015.

**Ato Governamental nº 1.566**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **MORGANA PORFIRIO HENRIQUE**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEFM AÇUDE DO MATO, no Município de Sapé, Símbolo CDE-15, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.567**

**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **SUELLEN DINIZ DE SOUZA**, matrícula nº 180.511-8, do cargo em comissão de Secretário da EEEFM DOM ADAUTO, Símbolo SDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.568****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **ANALICE FREIRES DA SILVA GONÇALO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário da EEEFM DOM ADAUTO, no Município de Juarez Távora, Símbolo SDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.569****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **VANUZA DA SILVA VASCONCELOS ALVES**, matrícula nº 170.409-5, do cargo em comissão de Secretário da EEEFM MARIA ALVES DE BRITO, Símbolo SDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.570****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **EDNALDO COSTA DO NASCIMENTO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário da EEEFM MARIA ALVES DE BRITO, no Município de Pilar, Símbolo SDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.571****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado,

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação de **GIANE JOSEFA DOS SANTOS**, nomeado para o cargo de Secretário da EEEFM ANTÔNIO FRANCISCO GOMES, através do AG 967, publicado no Diário Oficial do Estado em 25 de fevereiro de 2015.

**Ato Governamental nº 1.572****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **MARIA DAS GRAÇAS ALBUQUERQUE GOMES**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário da EEEFM ANTÔNIO FRANCISCO GOMES, no Município de Santa Cecília de Umbuzeiro, Símbolo SDE-12, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.573****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **FRANCINEIDE BENICIO DA SILVA**, matrícula nº 180.444-8, do cargo em comissão de Secretário da EEEIEF FRASSINETE BERNARDO, Símbolo SDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.574****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **JEOVANIA DANTAS DE ALMEIDA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário da EEEIEF FRASSINETE BERNARDO, no Município de São João do Rio do Peixe, Símbolo SDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.575****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de São João do Rio do Peixe, da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	SIMBOLOGIA
Maria Cristina Parnaiba Dantas Silva	Vice-Diretor da ENE MIN. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	180.448-1	CVE-9
Jacob Vicente de Sousa	Secretário da ENE MIN. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	87.402-7	SDE-9

**Ato Governamental nº 1.576****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de São João do Rio do Peixe, definidos neste Ato Governamental:

Servidor	Cargo	Simbologia
Francisco Batista de Sousa Neto	Vice-Diretor da ENE MIN. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	CVE-9
Marinaldo Formiga Alves Junior	Secretário da ENE MIN. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	SDE-9

**Ato Governamental nº 1.577****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **ALDENI MENDES LIRA TAVARES**, matrícula nº 180.700-5, do cargo em comissão de Diretor da FRANCISCO LUIZ DOS SANTOS, Símbolo CDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.578****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **MARIA JOSÉ CANDEIA DE SOUSA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da FRANCISCO LUIZ DOS SANTOS, no Município de São João do Rio do Peixe, Símbolo CDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.579****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **JOACILEIDE BEZERRA DE SOUSA**, matrícula nº 166.594-4, do cargo em comissão de Diretor da EEEIEF RITA MARTINS DE MELO, Símbolo CDE-15, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.580****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **LINDALVA MARTINS VIDERES**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEIEF RITA MARTINS DE MELO, no Município de São João do Rio do Peixe, Símbolo CDE-15, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.581****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **MARIA DA PAZ DA CONCEIÇÃO**, matrícula nº 182.166-1, do cargo em comissão de Vice-Diretor da EEEIEF DE BANDARRA, Símbolo CVE-9, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.582****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **MICHELLE RODRIGUES DE ARAÚJO RIBEIRO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Vice-Diretor da EEEIEF DE BANDARRA, no Município de São João do Rio do Peixe, Símbolo CVE-9, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.583****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de São João do Rio do Peixe, da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	SIMBOLOGIA
Francisca Carmen Silva Bezerra	Diretor da EEEF SEVERINA ALMEIDA	180.703-0	CDE-13
Gilvanete Mateus Antonio	Secretário da EEEF SEVERINA ALMEIDA	180.696-3	SDE-13

**Ato Governamental nº 1.584****João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de São João do Rio do Peixe, definidos neste Ato Governamental:

Servidor	Cargo	Simbologia
Gilvanete Mateus Antonino	Diretor da EEEF SEVERINA ALMEIDA	CDE-13
Maria Helena Antonino	Secretário da EEEF SEVERINA ALMEIDA	SDE-13

**Ato Governamental nº 1.585**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **ANTONIO JOSE DE SOUZA**, matrícula nº 180.826-5, do cargo em comissão de Diretor da EEEF JOÃO FRANCELINO DA SILVA, Símbolo CDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.586**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **JUSSARA BESERRA BORGES FELIX**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEF JOÃO FRANCELINO DA SILVA, no Município de Guarabira, Símbolo CDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.587**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **MAISA FERREIRA LEAL**, matrícula nº 173.985-9, do cargo em comissão de Diretor da EEEF SÃO RAFAEL, Símbolo CDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.588**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **MICHELLE DANTAS MUNIZ**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEF SÃO RAFAEL, no Município de João Pessoa, Símbolo CDE-13, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.589**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de João Pessoa, da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	SIMBOLOGIA
Josenilde Soares Martins da Silva	Diretor da EEEF TIRADENTES	130.929-3	CDE-11
Maria do Socorro Guedes Santos	Vice-Diretor da EEEF TIRADENTES	142.615-0	CVE-11

**Ato Governamental nº 1.590**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.983, de 10 de abril de 2006, alterada pela Lei nº 8.294, de 16 de agosto de 2007,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de João Pessoa, definidos neste Ato Governamental, por um mandato de 02 (dois) anos:

Servidor	Cargo	Simbologia
Josenilde Soares Martins da Silva	Diretor da EEEF TIRADENTES	CDE-11
Maria do Socorro Guedes Santos	Vice-Diretor da EEEF TIRADENTES	CVE-11

**Ato Governamental nº 1.591**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, **MARIAALCINETE CARLOS FELIX CAVALCANTE** matrícula nº 116.543-7, do cargo em comissão de Vice-Diretor da EEEIEF PROF. ORLANDO CAVALCANTI GOMES, Símbolo CVE-7, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.592**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.983, de 10 de abril de 2006, alterada pela Lei nº 8.294, de 16 de agosto de 2007,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de João Pessoa, definidos neste Ato Governamental, por um mandato de 02 (dois) anos:

Servidor	Cargo	Simbologia
Maria Alcinete Carlos Felix Cavalcante	Diretor da EEEIEF PROF. ORLANDO CAVALCANTI GOMES	CDE-7
Ludmilla Amorim Cavalcante	Vice-Diretor da EEEIEF PROF. ORLANDO CAVALCANTI GOMES	CVE-7
Francisco Araújo Primo	Vice-Diretor da EEEIEF PROF. ORLANDO CAVALCANTI GOMES	CVE-7

**Ato Governamental nº 1.593**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **ELIZABETE GOMES DA SILVA**, matrícula nº 180.391-3, do cargo em comissão de Diretor da EEEIEF PROFA. RITA DE MIRANDA HENRIQUES, Símbolo CDE-14, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.594**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.983, de 10 de abril de 2006, alterada pela Lei nº 8.294, de 16 de agosto de 2007,

**R E S O L V E** nomear **MARIA DO SOCORRO DE FREITAS SOUSA**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEIEF PROFA. RITA DE MIRANDA HENRIQUES, no Município de João Pessoa, Símbolo CDE-14, da Secretaria de Estado da Educação, por um mandato de 02 (dois) anos.

**Ato Governamental nº 1.595**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **MANCIO IVO JUNIOR DE VASCONCELOS**, matrícula nº 171.439-2, do cargo em comissão de Diretor da EEEIEF PROF. ORLANDO CAVALCANTI GOMES, Símbolo CDE-14, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.596**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.983, de 10 de abril de 2006, alterada pela Lei nº 8.294, de 16 de agosto de 2007,

**R E S O L V E** nomear **MARIA CELLI FARIA DE MACEDO MEDEIROS**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEIEF PROF. ORLANDO CAVALCANTI GOMES, no Município de João Pessoa, Símbolo CDE-14, da Secretaria de Estado da Educação, por um mandato de 02 (dois) anos.

**Ato Governamental nº 1.597**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei nº 7.983, de 10 de abril de 2006, alterada pela Lei nº 8.294, de 16 de agosto de 2007,

**R E S O L V E** nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Educação, no Município de João Pessoa, definidos neste Ato Governamental, por um mandato de 02 (dois) anos:

Servidor	Cargo	Simbologia
Ana Lucia Pontes	Diretor da EEEF PE. CICERO ROMAO BATISTA	CDE-11
Monica Maria da Silva Carneiro	Vice-Diretor da EEEF PE. CICERO ROMAO BATISTA	CVE-11

**Ato Governamental nº 1.598**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, no Município de João Pessoa, da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	SIMBOLOGIA
Ana Lucia Pontes	Diretor da EEEF PE. CICERO ROMAO BATISTA	143.963-4	CDE-11
Carmelia Gonçalves de Lima	Vice-Diretor da EEEF PE. CICERO ROMAO BATISTA	142.005-4	CVE-11

**Ato Governamental nº 1.599**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **LUCIELYS ASSUNÇÃO COSTA MAGALHAES**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEF DO JUIZ.MENORES CABEDELO, no Município de Cabedelo, Símbolo CDE-15, da Secretaria de Estado da Educação.

**Ato Governamental nº 1.600**
**João Pessoa, 20 de março de 2015**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe

confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **VALDIRA BENTO DE ARAUJO SILVA**, matrícula nº 130.902-1, do cargo em comissão de Vice-Diretor da EEEFM PROFº PEDRO ANÍBAL MOURA, Símbolo CVE-9, da Secretaria de Estado da Educação.

Ato Governamental nº 1.601

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, alterada pela Lei nº 8.232, de 31 de maio de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **LAISE DANTAS BARRETO**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Vice-Diretor da EEEFM PROFº PEDRO ANÍBAL MOURA, no Município de Cabedelo, Símbolo CVE-9, da Secretaria de Estado da Educação.

Ato Governamental nº 1.602

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003; na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, no Decreto nº 28.091, de 30 de março de 2007, e na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011,

**R E S O L V E** nomear **MARIA DAS NEVES XAVIER**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da EEEF CREUZA RODRIGUES CAVALCANTE, no Município de Campina Grande, Símbolo CDE-15, da Secretaria de Estado da Educação.

Ato Governamental nº 1.603

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, **VALBER RODRIGUES DIAS**, matrícula nº 181.668-3, do cargo em comissão de Vice-Diretor da EEEFM DEP. ÁLVARO GAUDÊNCIO DE QUEIROZ, Símbolo CVE-7, da Secretaria de Estado da Educação.

Ato Governamental nº 1.604

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, **JOSE ALBERTO ARAUJO DE QUEIROZ**, matrícula nº 170.009-0, do cargo em comissão de Secretario da EEEIEF DEP.TERTULIANO BRITO, Símbolo SDE-11, da Secretaria de Estado da Educação.

Ato Governamental nº 1.605

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

**R E S O L V E** exonerar **FERNANDA FERREIRA LOBO** matrícula nº 176.820-4, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Símbolo CAD-4.

Ato Governamental nº 1.606

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0029558-2/2014** e **15.001.832-1/SEAD**:

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **EDILEUZA GOMES DA SILVA**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 96.656-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II, e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.607

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0027785-2/2014/SEE** e **15.002.218-2/SEAD**:

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **ALCEMAR ALVES DE FREITAS**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 94.436-0, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.608

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente

de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0027878-5/2014/SEE** e **15.002.222-1/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **VALMIR VITORIANO PEREIRA**, Agente Administrativo, matrícula nº 91.866-1, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.609

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0032185-1/2013/SEE** e **15.002.268-9/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **SEVERINO DOMICIANO CABRAL**, Assessor Auxiliar, matrícula nº 135.284-9, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.610

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0027775-1/2014/SEE** e **15.002.216-6/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **RENATO FARIAS LEITE DA SILVA**, Trombonista Substituto, matrícula nº 87.376-4, lotado na Secretaria d'E Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.611

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0027932-5/2014/SEE** e **15.002.224-7/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **PEDRO JOSE LUIZ**, Vigilante, matrícula nº 88.607-6, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.612

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0029557-1/2014/SEE** e **15.002.227-1/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **OMAR INÁCIO DASILVA**, Agente Administrativo, matrícula nº 97.197-9, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.613

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0027796-4/2014** e **15.002.219-1/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **MARISTELA VELOSO PINTO**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 94.563-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.614

João Pessoa, 20 de março de 2015

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nºs **0027826-7/2014** e **15.002.221-2/SEAD**;

**R E S O L V E** aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **MARIA SOLEDADE CONCEIÇÃO DE LIMA**, Auxiliar de Serviço, matrícula nº 88.646-7, lotada na Secretaria de Estado

da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II, e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.615

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0027929-2/2014 e 15.002.214-0/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **MARGARETH MARIA TENORIO PALITOT**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 90.376-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II, e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.616

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0027945-0/2014 e 15.002.215-8/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **LUCIA DE FÁTIMA ALBUQUERQUE**, Regente de Ensino, matrícula nº 93.531-0, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II, e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.617

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0027805-4/2014 e 15.002.220-4/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **HOZANA MARIA TEIXEIRA MARQUES**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 88.864-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II, e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.618

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0029550-3/2014/SEE e 15.002.226-3/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **FRANCISCO NOBRE LEITE**, Agente Administrativo, matrícula nº 96.592-8, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.619

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0027779-5/2014/SEE e 15.002.217-4/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **FRANCISCO FRANCO DIAS**, Agente Ad. Auxiliar, matrícula nº 89.008-1, lotado na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinado com os Artigos 120, inciso II, 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.620

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0027914-5/2014 e 15.002.223-9/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **FRANCISCA SARA RODRIGUES XAVIER**, Agente Adm. Auxiliar, matrícula nº 89.340-4, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II,

e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Ato Governamental nº 1.621

João Pessoa, 20 de março de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e tendo em vista Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Estado da Educação, constantes dos Processos nº's 0027977-5/2014 e 15.002.225-5/SEAD;

R E S O L V E aplicar a pena de **DEMISSÃO** a servidora **FERNANDA MARIA C. UCHOA DE MOURA**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 95.281-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação, com fulcro no que dispõe o Artigo 116, inciso III, por infringência ao que reza o Artigo 106, incisos I, III, IV e X, e Artigo 107, incisos XIII e XVII, combinados com os Artigos 120, inciso II, e 126 e 128, inciso I, todos da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).



Ricardo Vieira Coutinho  
Governador

## SECRETARIAS DE ESTADO

### Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

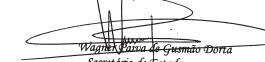
Portaria nº 217/GS/SEAP/15

Em 20 de março de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988,

RESOLVE designar o servidor Jardson Fonseca da Silva Bezerra, Agente de Segurança Penitenciária, matrícula nº 163.172-1, atualmente sem lotação definida, para, a partir desta data, prestar serviço na Penitenciária Des. Flósculo da Nóbrega, até ulterior deliberação.

Publique-se.  
Cumpra-se.



Wagner Patrício de Gusmão Doria  
Secretário de Estado

### GERENTE EXECUTIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIA

Portaria nº 151/GESIPE/SEAP/15

João Pessoa/PB, 13 de março de 2015.

O GERENTE EXECUTIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, consoante o disposto no art. 5º, § 1º da Portaria nº 242/SP/SEAP/12 c/c a Resolução nº 001/12 do Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária,

RESOLVE  
I - ELOGIAR o Servidor Público **JOHN RODRIGUES LEITE**, Agente de Segurança Penitenciária, matrícula nº 168.672-1, Diretor da Cadeia Pública de Alhandra, pelos serviços prestados a esta GESIPE, primando pelo engrandecimento do Sistema Penitenciário Paraibano.

II - DETERMINAR a Subgerência Executiva de Recursos Humanos da SEAP que proceda ao registro no assentamento funcional do servidor acima especificado, do inteiro teor do presente Ato.

Publique-se  
Cumpra-se

Portaria nº 165/GESIPE/SEAP/15

João Pessoa/PB, 13 de março de 2015.

O GERENTE EXECUTIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, consoante o disposto no art. 5º, § 1º da Portaria nº 242/SP/SEAP/12 c/c a Resolução nº 001/12 do Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária,

RESOLVE  
I - ELOGIAR a Servidora Pública **AURISTELA CRISTINA DE MOURA CA-MELO**, Agente de Segurança Penitenciária, matrícula nº 171.584-4, Diretora Adjunta da Penitenciária Feminina Regional de Campina Grande, pelos serviços prestados a esta GESIPE, primando pelo engrandecimento do Sistema Penitenciário Paraibano.

II - DETERMINAR a Subgerência Executiva de Recursos Humanos da SEAP que proceda ao registro no assentamento funcional do servidor acima especificado, do inteiro teor do presente Ato.

Publique-se  
Cumpra-se



Jardson Fonseca da Silva Bezerra  
Gerente da GESIPE

### Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

PORTARIA nº. 028/2015

João Pessoa, 18 de março de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar nº. 74 de 16 de março de

2007; Lei 8.196 de 16 de março de 2007, c/c o artigo 18, incisos XV, do Decreto nº. 7.532/78 de 13 de março de 1978,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores INALDETE SOARES DO NASCIMENTO, Matrícula nº 174.048-2, ANTÔNIO DONATO DE MEDEIROS NETO, Matrícula nº 158.499-5, BRUNO LUIZ FERREIRA DE LIMA, Matrícula nº 153.520-0 e WELLINGTON ALVES PEQUENO, Matrícula nº 83.844-6, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão encarregada de acompanhar as ações de monitoramento e avaliação do Plano de Metas da SEDAP.

**Art. 2º** esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.



RÔMULO ARAÚJO MONTEIRO  
Secretário de Estado da SEDAP

#### INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DA PARAÍBA - INTERPA/PB

##### EXPEDIENTE DO DIA 18 DE MARÇO DE 2015

O Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Ato Governamental nº 0081/15 de 02.01.2015, combinado com o Artigo 13, Inciso I, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 17.171, de 14.12.1994, deferiu os seguintes pedidos de:

##### PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

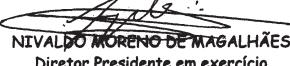
CARGO					
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E DESENV. RURAL			CLASSE/REFERÊNCIA		FUNDAMENTO
PROCESSO	MAT.	NOME	ATUAL	NOVA	LEI Nº 8.591/2008
0236/2014	0279-8	ANTÔNIO DA CUNHA TORRES	A-V	D-V	ARTIGO 7º - INCISO II – ALÍNEA D.

##### EXPEDIENTE DO DIA 19 DE MARÇO DE 2015

O Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Ato Governamental nº 0081/15 de 02.01.2015, combinado com o Artigo 13, Inciso I, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 17.171, de 14.12.1994, e nos termos do § 19º, do Artigo 40, da Constituição Federal, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003 e pela Emenda Constitucional nº 47 em seu Artigo 3º, deferiu os seguintes pedidos de:

##### ABONO DE PERMANÊNCIA

PROCESSO	MATRÍCULA	NOME
0208/2015	203-8	IVAN VICENTE DOS SANTOS



NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES  
Diretor Presidente em exercício

#### Secretaria de Estado da Administração

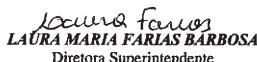
##### INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS

PORTARIA N° 009/GS/IASS

João Pessoa, 16 de março de 2015.

**A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 79, Inciso V, do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 5.187, de 16 de janeiro de 1971, combinado com o Artigo 5º, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 8.687, de 09 de setembro de 1980, e nos termos do Artigo 131, da Lei Complementar de número 58, de 30 de Dezembro de 2003,

**RESOLVE**, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a cargo da COMISSÃO composta pelos Servidores efetivos do Quadro Permanente desta Autarquia, **ONILDO VELOSO JÚNIOR**, Matrícula nº 612.037-7, **MARCUS AURÉLIO DE HOLANDA TORQUATO**, Matrícula nº 611.866-1, e **GLAUCO TAVARES PESSOA DA COSTA JÚNIOR**, Matrícula nº 611.624-8, para, sob a Presidência do primeiro, apurar em toda a sua extensão, a denúncia de Abandono de Cargo, em face do Funcionário do Quadro Permanente desta Autarquia **FLÁVIO JORES ALVES DE SOUSA**, Matrícula 612.438-1, noticiada pelo Núcleo de Recursos Humanos e Diretoria Geral deste Instituto, conforme relatos constantes do **Processo Administrativo nº 0001155/2014**.



LAURA MARIA FARIA BARBOSA  
Diretora Superintendente

#### Polícia Militar da Paraíba

PORTRARIA N° 068/2015/CG-GCG

João Pessoa - PB, 17 de março de 2015.

Designa militar para exercer Função de Gestor de Contrato Administrativo, referente à aquisição de ferraduras para equinos.

**O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do Art. 12 da LC nº 87, de 02 de dezembro 2008,

**RESOLVE:**

**1. DESIGNAR** o Maj QOC, Matr. 519.298-6, **ANTONIO VICENTE DA SILVA**, para exercer a função de Gestor do Contrato Administrativo nº 023/2015, referente à aquisição de ferraduras para equinos.

**2.** Esta Portaria entrará em vigor na ata de sua publicação e terá validade durante o período de vigência do contrato.

**3.** Publique-se e cumpra-se.

PORTRARIA N° 069/2015/CG-GCG

João Pessoa - PB, 17 de março de 2015.

Designa militar para exercer função de Gestor de Contratos Administrativos, referentes às aquisições de materiais diversos.

**O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do Art. 12 da LC nº 87, de 02 de dezembro 2008,

**RESOLVE:**

**1. DESIGNAR** o Cap QOC, matr. 519.351-6, **ELIAS DOS SANTOS NASCIMENTO**, para exercer a função de Gestor dos Contratos Administrativos a seguir discriminados, referentes às aquisições de materiais diversos:

Item	Contratos	Objetos
1	022/2015	Eletroeletrônico (Condicionador de ar, TV e forno micro-ondas)
2	021/2015	Eletroeletrônico (Bebedouro tipo coluna)
3	020/2015	Eletroeletrônico (Projetor multimídia)

**2.** Esta Portaria entrará em vigor na ata de sua publicação e terá validade durante o período de vigência do contrato.

**3.** Publique-se e cumpra-se.

PORTRARIA N° GCG/0071/2015-GC

João Pessoa-PB, 18 de março de 2015.

Licenciamento a pedido de Soldado das fileiras da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

**O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12, inciso VIII da Lei Complementar nº 87, de 02 de dezembro de 2008, c/c o inciso I do artigo 109 da Lei nº 3.909, de 14 de Julho de 1977, e solucionando o requerimento do militar interessado,

**RESOLVE:**

**1 - LICENCIAR** a pedido das fileiras desta Corporação, a contar de 04 de fevereiro de 2015, o Soldado PM Matrícula 528.204-7, **WELLINGTON BARBOSA GARRETT NETO**, solteiro, classificado no CPRM, filho de Flávio Barbosa Garrett e Maria das Graças da Costa Garrett, nascido no dia 04 de janeiro de 1990, natural de Recife - PE, incluído nesta Corporação no dia 30 de dezembro de 2014. O referido Militar Estadual foi julgado Apto em Inspeção de Saúde a que se submeteu no serviço médico desta PM e receberá o Certificado de Reservista pela Divisão de Identificação, Cadastro e Monitoramento (DGP/2) da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**2 - Publique-se, registre-se e cumpra-se.**



FULLER DE ASSIS CHAVES - Cé QOC  
Comandante-Geral

#### Secretaria de Estado da Saúde

PORTRARIA N° 180

João Pessoa 19 de março de 2015

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo art.44, inciso XIV, do Decreto nº 12.228, de 19 de novembro de 1987,

**RESOLVE** prorrogar na forma do Art. 140 da Lei Complementar 58/2003, o prazo para que COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, desta Secretaria, apure o Processo de nº. 251113601/13, referente à Portaria 591/13 de 16/10/13, publicada em D.O.E. de 13.11.13, sobre a perda de medicamentos excepcionais, seja por desaparecimento de estoque ou por expiração do prazo de validade, no período de 2007 a 2011, tendo como base as informações contidas no Ofício nº 1076/2013-TCU/SECEX-PB, datado de 29.08.13 e seus anexos, quantificando os danos e identificando os responsáveis.

PORTRARIA N°. 181

João Pessoa, 19 de março de 2015.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 44, Inciso XIV, do Decreto nº. 12.228, de 19 de novembro de 1987,

**RESOLVE** designar para compor a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde, os servidores: **KARLA MICHELE VITORINO MAIA**, Matrícula nº. 170.333-1 (**Presidente**), **MARISTELA ABRANTES SOARES**, matrícula nº 127.582-8, (**Membro**), **KARINNY CARVALHO DE ALMEIDA**, Matrícula nº. 170.897-0, (**Membro**), e **ELIANE GOMES DE FIGUEIREDO**, Matrícula nº. 80.006-6 (**Membro**). Esta Comissão terá duração de 01 (um) ano a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.



ROBERTA BATISTA ABATH  
Secretária de Estado da Saúde

**Secretaria de Estado  
da Receita**
**PORTRARIA N° 055/GSER**
**João Pessoa, 20 de março de 2015.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso VIII, alíneas “a” e “g”, da Lei 8.186, de 16 de março de 2007,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designar **MARIA DILMA FRADE DA COSTA**, Agente Administrativo Auxiliar, matrícula nº 088.980-6, lotado nesta Secretaria, para exercer suas atividades na Casa da Cidadania de Mangabeira.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

**PORTRARIA N° 056/GSER**
**João Pessoa, 20 de março de 2015.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso VIII, alíneas “a” e “g” da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** O Art. 2º da Portaria nº 296/GSER, de 30 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** Os critérios utilizados para avaliação serão os citados no Anexo Único do Decreto nº 34.084, de 4 de julho de 2013, e constantes na Ficha de Avaliação de Desempenho Funcional que será disponibilizada por meio de link específico remetido para o email corporativo dos servidores fiscais tributários”.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTRARIA N° 057/GSER**
**João Pessoa, 20 de março de 2015.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso VIII, alíneas “a” e “g”, da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e tendo em vista o disposto art. 5º, do Decreto nº 30.608, de 25 de agosto de 2009, bem como o contido no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designar o servidor **ZÉLICE PEREIRA DE MORAIS JUNIOR**, matrícula nº 098.813-8, Subgerente de Apoio Técnico, lotado nesta Pasta, como **GESTOR** do Contrato Administrativo nº 007/2015, celebrado entre a Secretaria de Estado da Receita e a empresa **ELENET – Serviços Técnicos Ltda. - ME**, cujo objeto consiste na contratação de serviços de Empresa para mão de obra em serviços de manutenção, preventiva e corretiva em grupos geradores, subestações abaixadoras, nobreak e instalações elétricas internas.

**Art. 2º** Deverá o servidor designado acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 5º do Decreto Estadual nº 30.608, de 25 de agosto de 2009.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**MÁRIO LAUREANO DOS SANTOS FILHO**  
 Secretário de Estado da Receita

**RESENHA N° 013/2015**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 45, inciso XVIII, do Decreto nº 25.826, de 15 de abril de 2005 e tendo em vista parecer da Gerência Executiva de Tributação, despachou os processos abaixo discriminados:

PROCESSO	NOME	ASSUNTO	DECISÃO
0260772015-0	MAGAZINE LUIZA S.A	REGIME ESPECIAL	CASSAÇÃO
0259092015-6	LIDERMAC CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE O ICMS	CONSULTA FISCAL
0272092015-0	KENNEDY COSTA OLIVEIRA	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
02652015-3	GEORGE ROCHA RODRIGUES	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0258952015-8	VALMI NEVES BOLCONTE	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0265932015-2	FLAVIO GRANTON VIEIRA DE MELO	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO PARCIAL
0269852015-9	PAULO FELIPE CABRAL	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0236282015-7	CAUA JUSTINO MONTEIRO	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0439532014-7	VERA LUCIA DE O DOMINGOS	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	INDEFERIMENTO
0228992015-0	JOAO PEREIRA DA SILVA	RESTITUIÇÃO DE IPVA	DEFERIMENTO PARCIAL
0258632015-8	JOSE CARLOS TAVARES BELTRAO	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO

0220802015-4	GERALDO SILVA	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO
0252402015-0	ANA PAULA FARIAS DE ANDRADE	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO
0248212015-2	JAILSON CABRAL DOS SANTOS	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO
0220712015-5	MARIA PEREIRA DOS SANTOS	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO
0166752015-6	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS MORAIS	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO
0249422015-7	OSCAR BENEDITO DOS SANTOS NETO	ISENÇÃO DE ITCD	DEFERIMENTO
0218622015-6	ZELIA BRAZ VIEIRA DA S PONTES	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0269862015-3	JACQUELINE NARDOTO RIBEIRO	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0258712015-2	KATHIA SHIRLEY V CHIANCA	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	INDEFERIMENTO
0254802015-0	IANAPAUЛА DE OLIVEIRA ROCHA	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
1858532014-1	N CLAUDIO & CIA LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
1717762014-2	NEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0227252015-4	ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
0246272015-4	ROMELANE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0197882015-1	ARTNESS DECORAÇÕES LTDA EPP	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0262222015-4	PETROBRAS TRANSPORTE S.A TRANSPETRO	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
0177602015-4	CALINA LIGIA DE BARROS COSTA ME	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0263502015-9	VBR LOGISTICA LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
0195262015-5	GENTIL DE ASSIS FILHO	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0225102015-2	CIMARCO TRANSPORTE LTDA EPP	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
0227312015-0	ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
1845462014-1	ENERGIZER GROUP DO BRASIL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0069452015-2	MAJELA MEDICAMENTOS LTDA	REGIME ESPECIAL	INDEFERIMENTO
0260212015-4	MAGAZINE LUIZA S.A	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0245322015-2	CLARO S.A	REGIME ESPECIAL	INDEFERIMENTO
0141922012-8	ALPARGATAS S.A	REGIME ESPECIAL	INDEFERIMENTO
0111672015-9	STAR MOTOS LTDA	REGIME ESPECIAL - PRORROGACAO	DEFERIMENTO
0132272015-0	AGAPE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0958082013-9	TRANSPORTADORA ESMERALDA LTDA ME	CREDITO PRESUMIDO	DEFERIMENTO
0147932015-3	EDNALDO BARBOSA DA SILVA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
1437302014-0	HERCILIO PEDRO GOMES EPP	COMPENSAÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
0008392015-3	FILIPE FERREIRA DE ARAUJO ME	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO PARCIAL
0225572015-9	ODENIAS BARBOSA MUNIZ	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
0177552015-3	CDS ATACADISTA DISTRIBUIDOR LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	INDEFERIMENTO
1692172014-4	RICO DISTRIBUIDORA DE PNEUS & PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI ME	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0201672015-8	MARCONI PINTO METALURGICA LTDA	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
1780472014-9	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0291602015-2	MARIA DE FATIMA GUIMARAES DE MENEZES	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0253142015-0	JOSE CLIDENOR DA SILVA FRANÇA	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
1881842014-3	ONESIA PRAXEDES DE MELO	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	INDEFERIMENTO
0265612015-2	DANIEL GONÇALVES ROLIM	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0289572015-0	ZELIA LIRA DA SILVA FERREIRA	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0258302015-3	RITA DE CASSIA DA SILVA NEVES	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0273292015-0	MARIA GLORIETE SOARES	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0282542015-8	JOSE GOMES FILHO	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0289592015-0	JOSE CARLOS SOARES CARREIRO	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
0220402015-0	TIAGO RIBEIRO TIBURTINO	ISENÇÃO DE ITCD	INDEFERIMENTO
0262482015-9	CLAIRE DE BRITO LEITE	ISENÇÃO DE ITCD	INDEFERIMENTO
0281752015-7	ALEXANDRA MENEZES C DOS SANTOS	RESTITUIÇÃO DE IPVA	DEFERIMENTO
0200462015-3	DJALMA DANTAS	REGIME ESPECIAL	INDEFERIMENTO
0138092015-9	PRONTAUTO SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA -ME	RESTITUIÇÃO DE ICMS	DEFERIMENTO
0264932015-0	ECO LATINA PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP	REGIME ESPECIAL	DEFERIMENTO
0217312015-8	IRACI TEODOMIRO LINHARES	ISENÇÃO DE ICMS- DEFICIENTE FÍSICO	DEFERIMENTO
1577582014-2	OLINDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE INCIDÊNCIA DO ICMS-ST	CONSULTA FISCAL

0215522015-4	GOTEMBURGO VEÍCULOS LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE FIDELIDADE	CONSULTA FISCAL
1714542014-7	FRIGORIFICO DÁLIA E MACHADO LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO NA OPERAÇÃO COM QUINHO DE COALHO	CONSULTA FISCAL
1571652014-6	MATERIAL DIDÁTICO DA PARAÍBA LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE APLICABILIDADE DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	CONSULTA FISCAL
1682422014-0	MEDIOLY COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO APPLICADA NOS PRODUTOS ADQUIRIDOS DE IMPORTAÇÃO	CONSULTA FISCAL
1100662013-3	COMERCIAL QUEIROZ FERRAGENS LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE CONCESSÃO DE DÉBITO	CONSULTA FISCAL
1658852014-0	W A EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIOS LTDA ME	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE APLICAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	CONSULTA FISCAL
1122002014-1	VERA LÚCIA RAMOS DE SOUZA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL	CONSULTA FISCAL
1621712014-3	ALLIANCE PRIMUS DISTRIBUIDOR ATACADISTA LTDA	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE BASE DE CÁLCULO	CONSULTA FISCAL
0155502014-3	CERVEJARIA BELCO S/A	SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE INCLUSÃO EM PAUTA FISCAL	CONSULTA FISCAL

João Pessoa (PB), 18 de março de 2015.

  
ARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO  
Secretário de Estado da Receita

### SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA

#### PORTRARIA N° 00284/2015/CAD

2 de Março de 2015

O Subgerente da RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento;

#### RESOLVE:

I.RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/03/2015.

Anexo da Portaria N° 00284/2015/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.164.849-5	MONICA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	R FRANCISCO LEOCÁDIO RIBEIRO COUTINHO, Nº 630 - AEROCLUBE	JOAO PESSOA / PB	SIMPLES NACIONAL

### SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA

#### PORTRARIA N° 00285/2015/CAD

2 de Março de 2015

O Subgerente da RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 0234512015-0;

Considerando que através do(s) processo(s) administrativo(s) tributário(s) regular(es), ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria não mais exerce(m) sua(s) atividade(s) no endereço cadastrado junto a este Órgão e não solicitou(aram) qualquer alteração de seu(s) domicílio(s) fiscal(is);

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS das informações-fiscais por ele(s) geradas;

#### RESOLVE:

I.CANCELAR, "ex-officio", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo da Portaria N° 00285/2015/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.211.475-3	MARIA DA GLÓRIA COSTA MEIRA ME	AV GENERAL EDSON RAMALHO, Nº 20 - MANAIARA	JOAO PESSOA / PB	SIMPLES NACIONAL
16.205.022-4	F1 LOCADORA DE VEÍCULOS E TRANSPORTADORA LTDA	AV INGA, Nº 473 - MANAIARA	JOAO PESSOA / PB	SIMPLES NACIONAL
16.245.069-9	NGN SERVICOS EM FIBRAS DE VIDROS LTDA ME	R JOSE FIRMINO FERREIRA, Nº 580 - JARDIM SAO PAULO	JOAO PESSOA / PB	NORMAL

### SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA

#### PORTRARIA N° 00286/2015/CAD

2 de Março de 2015

O Subgerente da RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 0235192015-5;

Considerando que através do(s) processo(s) administrativo(s) tributário(s) regular(es), ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria não mais exerce(m) sua(s) atividade(s) no endereço cadastrado junto a este Órgão e não solicitou(aram) qualquer alteração de seu(s) domicílio(s) fiscal(is);

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS das informações-fiscais por ele(s) geradas;

#### RESOLVE:

I.CANCELAR, "ex-officio", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo da Portaria N° 00286/2015/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.158.475-6	ART SONO - COMÉRCIO DE COLCHÕES E MOVEIS LTDA	R WALFREDO MACEDO BRANDAO, Nº 1059 - JARDIM CIDADE UNIVERSITARIA	JOAO PESSOA / PB	NORMAL

### SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA

#### PORTRARIA N° 00288/2015/CAD

2 de Março de 2015

O Subgerente da RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOAO PESSOA , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3º, Inciso II do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que o(s) contribuinte(s) de que trata a relação em anexo teve sua(s) inscrição(ões) cancelada(s), "ex-officio", indevidamente;

#### RESOLVE:

I. RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/03/2015.

Anexo da Portaria N° 00288/2015/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.204.940-4	DANILLO MACEDO DE OLIVEIRA	AV GENERAL OSORIO, Nº 136 - CENTRO	JOAO PESSOA / PB	SIMPLES NACIONAL

  
1576593 - RENATO NEIVA MONTENEGRO

### CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

#### ATADA 1759ª SESSÃO DA CÂMARA JULGADORA PERMANENTE DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2015.

Sob a Presidência da Senhora Conselheira, Gianni Cunha da Silveira Cavalcante presentes os Conselheiros, Patrícia Márcia de Arruda Barbosa, Maria das Graças Donato de Oliveira Lima, João Lincoln Diniz Borges, Francisco Gomes de Lima Netto, Roberto Farias de Araújo, Domêника Coutinho de Souza Furtado, e a Procurador do Fazenda Estadual, Sérgio Roberto Felix Lima, e verificada a existência de quórum, foi aberta às **9 horas a milésima septingentésima quinquagésima nona** Sessão Ordinária da Câmara Julgadora Permanente do Conselho de Recursos Fiscais, no prédio da Secretaria de Estado da Receita, situado na Rua Gama e Melo nº 21, 3º andar, sendo lida, discutida e aprovada sem restrições a Ata da Sessão anterior. **JULGAMENTOS:** 01. Processo nº 129.393.2010-1 - Recurso VOL/CRF- nº 037/2013 - Recorrente: ATMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Preparadora: Coletoria Estadual de Cabedelo – Autuantes: Sebastião Monteiro de Almeida/Roberto Flávio dias Câmara - Relator: Cons. Roberto Farias de Araújo - DECISÃO: unânime pelo provimento parcial do Recurso Voluntário. 02. Processo nº 121.796.2009-8 - Recurso VOL/CRF- nº 171/2013 – Recorrente: DIAMOND TRADE IMPORTAÇÃO

E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E AUTOMOTORES LTDA – Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP – Preparadora: Recebedoria de Rendas de Campina Grande – Autuantes: Francisco Ilton P. Moura/Sébastião Monteiro de Almeida – Relatora: Cons<sup>a</sup>. Domênica Coutinho de Souza Furtado – DECISÃO: unânime pelo provimento parcial do Recurso Voluntário. **03.** Processo nº 147.894.2011-6 – Recursos HIE/VOL/CRF- 085/2013 – 1<sup>a</sup> Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP – 2<sup>a</sup> Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A – 1<sup>a</sup> Recorrida: TELEMAR NORTE LESTE S/A – 2<sup>a</sup> Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP Preparadora: Recebedoria de Rendas de João Pessoa – Autuantes: Eduardo Sales Costa/João Costa Filho – Relator: Cons. Francisco Gomes de Lima Netto – **Adiado a pedido do Conselheiro Relator.** **04.** Processo nº 064.668.2012-2 – Recursos HIE/VOL/CRF- nº 290/2013 – 1<sup>a</sup> Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP – 1<sup>a</sup> Recorrida: EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 2<sup>a</sup> Recorrente: EC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. – 2<sup>a</sup> Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Preparadora: Recebedoria de Rendas de João Pessoa – Autuantes: Margilson de Lacerda Dantas /Hélio Gomes Cavalcanti Filho – Relator: Cons. Roberto Farias de Araújo – DECISÃO: unânime pelo provimento do Recurso Hierárquico e desprovimento do Recurso Voluntário. **05.** Processo nº 141.561.2011-2 – Recurso HIE/CRF- nº 188/2013 – Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Recorrida: DPNI DIST. DE PROD. NASC. E IMPORTADOS LTDA – Preparadora: Recebedoria de Rendas de João Pessoa – Autuante: Fernando Antônio Cruz Viegas - Relator: Cons<sup>a</sup>. Domênica Coutinho de Souza Furtado - DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Hierárquico. **06.** Processo nº 049.151.2012-0 – Recurso HIE/CRF- nº 007/2014 – Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP – Recorrida: BRAZ ALMEIDA. - Preparadora: Coletoria Estadual de Patos - Autuante: Rodrigo José Malta Teixeira – Relator: Cons. João Lincoln Diniz Borges – DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Hierárquico. **07.** Processo nº 012.350.2011-8 – Recurso VOL/CRF- nº 010/2014 – Recorrente: HELDER DE MEDEIROS ARAÚJO - Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Preparadora: Coletoria Estadual de Piancó - Autuante: Silas Ribeiro Torres – Relator: Cons. João Lincoln Diniz Borges - DECISÃO: unânime pelo provimento parcial do Recurso Voluntário. **08.** Processo nº 152.555.2012-8 – Recurso HIE/CRF- nº 070/2014 - Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Recorrida: JUDINETE JACINTO DA SILVA - Preparadora: Recebedoria de Rendas João Pessoa - Autuante: Severino Barbosa de Lima Neto - Relator: Cons. Francisco Gomes de Lima Netto - DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso de Hierárquico. **09.** Processo nº 132.330.2012-0 - Recurso HIE/CRF- nº 075/2014 – Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Recorrida: BIG SANDUICHERIA LTDA - Preparadora: Recebedoria de Rendas de João Pessoa – Autuante: Luiz Anselmo da Silva Seabra - Relator: Cons. Roberto Farias de Araújo - DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso de Hierárquico. **10.** Processo nº 117.972.2013-6 - Recurso HIE/CRF- nº 085/2014 - Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP – Recorrida: DIOGO FELIPE LOPES PEREIRA- Preparadora: Recebedoria de Rendas Campina Grande – Autuante: Isabel Joselita Barros da Rocha - Relator: Cons. Roberto Farias de Araújo - DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Hierárquico. **11.** Processo nº 134.886.2011-5 - Recurso VOL/CRF- nº 082/2014 - Recorrente: INÁCIA AGOSTINHO FERNANDES – Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Preparadora: Recebedoria de Rendas de Campina Grande – Autuante: Djalma da Costa Pereira Filho - Relator: Cons<sup>a</sup>. Domênica Coutinho de Souza Furtado - DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Voluntário. **12.** Processo nº 028.551.2013-6 - Recurso VOL/CRF- nº 035/2014 - Recorrente: FRANÇOIS MICOL - Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Preparadora: Coletoria Estadual de Mamanguape – Autuante: Severino Barbosa de Lima Neto - Relator: Cons. Francisco Gomes de Lima Netto - DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Voluntário. **13.** Processo nº 136.894.2014-8 – Recurso HIE/CRF- nº 055/2015 – Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Recorrida: M. DIAS BRANCO S/A INDÚSTRIA E COM. DE ALIMENTOS – Preparadora: Coletoria Estadual de Bayeux - Autuante: Wilson de Oliveira Filho - Relatora: Cons<sup>a</sup>. Maria das Graças Donato de Oliveira Lima – DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Hierárquico. **14.** Processo nº 147.078.2011-5 – Recurso HIE/CRF- nº 123/2013 – Recorrente: COMAG COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. - Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Preparadora: Recebedoria de Campina Grande - Autuante: Ronaldo Costa Barroca - Relator: Cons<sup>a</sup>. Maria das Graças Donato de Oliveira Lima – DECISÃO: unânime pelo provimento do Recurso Voluntário . **15.** Processo nº 000.594.2012-0 – Recurso HIE/CRF- nº 066/2014 – Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Recorrida: OCULARE OTICAL LTDA. – Preparadora: Recebedoria de João Pessoa - Autuante: Francisca Regina D.M. Campos - Relatora: Cons<sup>a</sup>. Domênica Coutinho de Souza Furtado – DECISÃO: unânime pelo provimento do Recurso Hierárquico. **16.** Processo nº 125.037.2011-0 – Recurso VOL/CRF- nº 118/2013 – Recorrente: ALUMIFER ALUMÍNIO E FERRO LTDA. - Recorrida: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP – Preparadora: Coletoria Estadual de Bayeux - Autuante: Roberto Elip. De Barros - Relator: Cons. Roberto Farias de Araújo – **Adiado a pedido do Conselheiro Relator.** **17.** Processo nº 134.703.2011-0 – Recurso HIE/CRF- nº 044/2014 – Recorrente: Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais – GEJUP - Recorrida: FÁRMACIA TUPY LTDA. - Preparadora: Recebedoria de Rendas de João Pessoa - Autuante: André Arruda - Relator: Cons. Francisco Gomes de Lima Netto – DECISÃO: unânime pelo desprovimento do Recurso Hierárquico. Foram distribuídos para o Conselheiro João Lincoln Diniz Borges os Processos de nºs. CRF-042/2014 - 127.801.2012-6 – PEREIRA & ALENCAR LTDA; CRF-046/2014 – 070.065.2013-4 – GRNJA JOAVES LTDA; CRF-049/2014 – 123..380.2009-0 – ANTONÍO BRASILEIRO DE ARAÚJO; CRF-052/2014 – 042.122.2013-0 - ALDO BARBOSA DA SILVA – EPP; CRF-053/2014 – 000.228.2013-2 – COMERCIAL DE CONFECÇÕES PRIMEIRA PELE; CRF-058/2014 – 023.995.2023-0 – TRANSPORTADORA MIDIMAN LTDA (PETROBRAS DISTRIBUIDORA); CRF-059/2014 – 086.703.2013-4 – COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTE ASSIS LTDA; CRF-060/2014 – 081.602.2013-8 - RIBAMAR AUTO SERVICE LTDA; CRF-062/2014 – 067.344.2013-2 - MERCADINHO P. R. LTDA; CRF-063/2014- 067.312.2013-2 – MERCADINHO P. R. LTDA. Para o Conselheiro Patrícia Márcia de Arruda Barbosa os de nºs. CRF-062/2015 – 009.288.2015 -7 - NASCIMENTO JOIAS E RELOGIOS LTDA; CRF-065/2015 – 020.325.2015-0 – MARDJANE FERREIRA DE ARAÚJO – EPP. Para o Conselheiro Roberto Farias de Araújo os de nºs. CRF-041/2015 – 040.619.2014-6 – SAZAKI MOTORS. **ASSUNTOS GERAIS: NÃO HOUVE.** Nada mais tendo sido tratado, a Senhora Presidente encerrou a sessão às **10h50**, convocando outra para o próximo dia **16 de MARÇO**, às **14horas**, em caráter ordinário, pelo que eu, **WALBERLEIDE MARIA**

**ANDRADE DE SOUZA**, lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, segue assinada pelos Senhores Conselheiros pelo Procurador da Fazenda Estadual e, por mim, Secretária.


**GIANINI COUTINHO DA SILVEIRA CAVALCANTE**  
Presidente


**PATRÍCIA MARCIA DE ARRUDA BARBOSA**  
Conselheira


**MARIA DAS GRAÇAS DONATO DE OLIVEIRA LIMA**  
Conselheira


**JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES**  
Conselheiro  
  

**FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO**  
Conselheiro


**ROBERTO FARIA DE ARAÚJO**  
Conselheiro  
  

**DOMÊNICA COUTINHO DE SOUZA FURTADO**  
Conselheira


**SÉRGIO ROBERTO FELIX LIMA**  
Procurador da Fazenda Estadual  
  

**WALBERLEIDE MARIA ANDRADE DE SOUZA**  
Secretária Geral

#### CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

**Processo nº 128.632.2009-8**

**Acórdão 105/2015**

**Recursos HIE/VOL/CRF-067/2013**

<b>1<sup>a</sup> RECORRENTE:</b>	GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.
<b>2<sup>a</sup> RECORRENTE:</b>	RENATE CRISTINE DE NEGREIROS
<b>1<sup>a</sup> RECORRIDA:</b>	RENATE CRISTINE DE NEGREIROS
<b>2<sup>a</sup> RECORRIDA:</b>	GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.
<b>PREPARADORA:</b>	RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA
<b>AUTUANTE:</b>	LUIS GOMES FRADE.
<b>RELATORA:</b>	CONS <sup>a</sup> . MARIA DAS GRAÇAS D. O. LIMA.

**CRÉDITO INDEVIDO. VALORES IRREGULARMENTE APROPRIADOS A TÍTULO DE ICMS PAGO PELA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, BENS PARA ATIVO IMOBILIZADO SEM EXISTÊNCIA DO CIAP, RECOLHIMENTO DO IMPOSTO ORIUNDO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E DA DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. CARACTERIZAÇÃO PARCIAL. ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA INCIDENTE SOBRE SAÍDAS INTERNAS PARA CONTRIBUINTES DO IMPÔSTO. CONFIGURAÇÃO. LEVANTAMENTO FINANCEIRO. OMISSÃO DE SAÍDAS. AJUSTES. TERMOS DE INFRAÇÃO CONTINUADA. CONFIRMAÇÃO PARCIAL. PENALIDADE. LEI POSTERIOR MENOS SEVERA. APLICAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. REFORMADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO SINGULAR. PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO.**

- Em decorrência de vedações insitas na legislação de regência, reputa-se indevida a apropriação de valores a título de crédito do ICMS oriundo da aquisição de bens para o ativo fixo do estabelecimento sem existência do livro de Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, assim como do ICMS pago por serviços de comunicação prestados. Ajustes efetuados para exclusão de valores que configuram infração distinta da denunciada.

- A operação de saídas internas de mercadorias sujeitas ao regime da Substituição Tributária sem retenção do imposto pelo substituto tributário confirma a regularidade da exigência fiscal, relativamente ao pagamento da substituição tributária.

- O resultado negativo constatado no Levantamento Financeiro repercute a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, cuja prova da improcedência compete ao acusado, em decorrência da inversão desse ônus. Ajustes em face da comprovação de equívocos do autuante, para que seja mantida parte da acusação que, inclusive, demandou a lavratura de dois Termos de Infração Continuada para complementação da alíquota inicialmente aplicada e para considerar a base de cálculo correta.

- Aplicação de penalidade menos severa prevista em lei posterior.

**Processo nº 147.894.2011-6**

**Acórdão 106/2015**

**Recursos HIE/VOL/CRF-085/2013**

<b>1<sup>a</sup> RECORRENTE: 2<sup>a</sup> RECORRENTE:</b>	GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULG. DE PROC. FISCAIS – GEJUP TELEMAR NORTE LESTE S/A.
<b>1<sup>a</sup> RECORRIDA: 2<sup>a</sup> RECORRIDA:</b>	TELEMAR NORTE LESTE S/A.GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULG. DE PROC. FISCAIS – GEJUP RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

**ADVOGADO:** GEORGE A. RIBEIRO DE OLIVEIRA (SUSTENTAÇÃO ORAL)  
**AUTUANTES:** EDUARDO SALES COSTA/JOÃO ELIAS COSTA FILHO  
**RELATOR:** CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

**CRÉDITO INDEVIDO (ATIVO IMOBILIZADO). LAUDO REVISIONAL. DECADÊNCIA. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE MULTA APLICADO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MODIFICADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES. RECURSO HIERÁQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVADO.**

O aproveitamento dos créditos, relativos às aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, deve obedecer aos requisitos exigidos pela legislação do ICMS do Estado da Paraíba. Valores alcançados pela decadência e redução da multa aplicada levaram à parcial sucumbência do crédito tributário.

Processo nº 125.037.2011-0

Acórdão 107/2015

Recurso VOL/CRF-118/2013

**RECORRENTE:** ALUMIFER ALUMINIO E FERRO LTDA.  
**RECORRIDA:** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**PREPARADORA:** COLETORIA ESTADUAL DE BAYEUX.  
**AUTUANTE:** ROBERTO ELI P DE BARROS  
**RELATOR:** CONS. ROBERTO FARIA DE ARAUJO

**FALTA DE EMISSÃO DE CUPOM FISCAL. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. PROCEDÊNCIA. OPERAÇÃO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO. ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO RECORRIDA. AJUSTES REALIZADOS. REDUÇÃO DA PENALIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE DESPROVIDO.**

A legislação tributária impõe aos contribuintes a prática de diversas obrigações acessórias, como a obrigatoriedade da emissão de cupom fiscal em operações de vendas de mercadorias, para pessoa física ou jurídica, contribuintes do imposto estadual. No caso em comento, o autuado não emitiu o cupom fiscal, pelo ECF, ensejando, assim, a lavratura do libelo fiscal em análise.

A diferença tributável detectada pelo confronto dos valores das vendas declaradas pelo contribuinte e os valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Alteração efetuada pelas provas materiais apresentadas na peça recursal e na decisão do julgador singular, para redução da penalidade por força da alteração advinda da Lei nº 10.008/2013.

Processo nº 000.001.21013-8

Acórdão 108/2015

Recurso HIE/VOL/CRF-607/2013

**1ª RECORRENTE:** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.  
**1ª RECORRIDA:** NASA NORDESTE ARTEFATOS IND. COM. LTDA.  
**2ª RECORRENTE:** NASA NORDESTE ARTEFATOS IND. COM. LTDA.  
**2ª RECORRIDA:** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.  
**PREPARADORA:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA  
**AUTUANTE:** FRANCISCA REGINA D M CAMPOS  
**RELATOR:** CONS<sup>a</sup> PATRÍCIA MÁRCIA DE ARRUDA BARBOSA

**ERRO NA CONTA GRÁFICA. REPERCUSSÃO. OMISSÃO DE SAÍDAS NOTAS FISCAIS NÃO LANÇADAS. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO HIERÁQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVADO.**

Por meio da auditoria na Conta Gráfica do ICMS, a fiscalização detectou erro na sua composição, acarretando a exigência fiscal.

A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a existência de omissão de vendas de mercadorias sem emissão de documentos fiscais. Acatamento de parte das alegações do sujeito passivo, conforme provas trazidas aos autos.

Redução da penalidade proposta nos termos da Lei nº 10.008/2013, em face ao Princípio da retroatividade de lei mais benéfica.

Processo nº 086.141.2009-5

Acórdão 109/2015

Recurso HIE/VOL/CRF-032/2014

**1º Recorrente:** GERÊNCIA EXEC. JULGAMENTO DE PROC. FISCAIS – GEJUP  
**1º Recorrida:** MIRO FERRAMENTAS & FERRAGENS LTDA.  
**2º Recorrente:** MIRO FERRAMENTAS & FERRAGENS LTDA.  
**2º Recorrida:** GERÊNCIA EXEC. JULGAMENTO DE PROC. FISCAIS – GEJUP  
**Preparadora:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE  
**Autuante:** FERNANDO CESAR B ROCHA  
**Relatora:** CONS<sup>a</sup> PATRÍCIA MÁRCIA DE ARRUDA BARBOSA

**OMISSÃO DE VENDAS. OPERAÇÃO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO HIE-**

**RÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVADO.**

É devida a diferença tributável detectada pelo confronto dos valores das vendas declaradas pelo contribuinte e os valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, fato este, que autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, ressalvado à autuada a prova da improcedência da acusação. Após trabalhos revisionais, foi constatado o decréscimo da diferença inicialmente apontada na exordial. Redução da penalidade aplicada por força do disposto na Lei nº 10.008/2013.

Processo nº 166.560.2014-3

Acórdão 110/2015

Recurso AGR/CRF-046/2015

**AUTUADO:** VEPEL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.  
**AGRAVANTE:** FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.  
**AGRAVADO:** COLETORIA ESTADUAL DE QUEIMADAS  
**PREPARADORA:** COLETORIA ESTADUAL DE QUEIMADAS  
**AUTUANTES:** CIRO MOREIRA DE MELO FILHO E JOYCE LIMA DA COSTA  
**RELATORA:** CONS<sup>a</sup>. PATRÍCIA MÁRCIA DE ARRUDA BARBOSA

**TEMPESTIVIDADE NA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÃO. MODIFICADA A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO DE AGRAVO PROVADO.**

O agravo interposto teve o condão de ilidir injustiças causadas, quanto à errônea recontagem de prazos, por parte da repartição preparadora. *In casu*, no dia em que se deu o término do prazo para a interposição da peça reclamatória, foi proclamado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, por esta razão o lapso temporal foi prorrogado para o próximo dia útil seguinte.

Processo nº 122.792.2010-5

Acórdão 111/2015

Recurso HIE/CRF-047/2014

**RECORRENTE:** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.  
**RECORRIDA:** SOMACOL SOCIEDADE COMERCIAL DE MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTD -EPP  
**PREPARADORA:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA  
**AUTUANTE:** LUIZ ANSELMO DA SILVA SEABRA  
**RELATOR:** CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

**OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. LEVANTAMENTO FINANCEIRO. VALORES DIVERGENTES. PROVAS TRAZIDAS AOS AUTOS PELO CONTRIBUINTE TORNARAM INVÁLIDO O PROCEDIMENTO FISCAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO ILÍQUIDO E INCERTO. MANTIDA A DECISÃO SINGULAR. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO HIERÁQUICO DESPROVIDO.**

Denunciada a infração de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, constatada pelo Levantamento Financeiro. Provas alegadas pelo contribuinte fizeram perecer o montante exigido na peça acusatória. Valores apresentados no auto de infração não correspondem com os números levantados no procedimento de auditoria realizado, imposto apurado de forma irregular.

Processo nº 028.545.2013-0

Acórdão 112/2015

Recurso VOL/CRF-036/2014

**Recorrente:** FRANÇOIS MICOL  
**Recorrida:** GERÊNCIA EXECUTIVA JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**Preparadora:** COLETORIA ESTADUAL DE MAMANGUAPE  
**Autuante:** SEVERINO BARBOSA DE LIMA NETO  
**Relator:** CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

**OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. NOTAS FISCAIS NÃO LANÇADAS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. CONFIRMAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO ILÍCITO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.**

Confirmada a irregularidade fiscal atestando a ocorrência de notas fiscais destinadas à empresa fiscalizada sem o devido lançamento dos documentos fiscais de entrada nos livros próprios. No presente caso, o autuado não exerceu o direito de provar a inexistência da presunção, alegando fatos em sua defesa, todavia não acostando aos autos provas cabais capazes de elidir a acusação.

Aplicam-se, ao presente julgamento, as disposições da recente legislação, que alterou o valor da multa referente ao descumprimento da infração em comento- Lei nº 10.008/2013.

Processo nº 134.443.2012-4

Acórdão 113/2015

Recurso HIE/CRF-068/2014

**Recorrente:** GERÊNCIA EXEC.DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**Recorrida:** GEOVANI MATIAS DIAS  
**Preparadora:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA  
**Autuante:** BRUNO DE SOUSA FRADE  
**Relator:** CONS. ROBERTO FARIA DE ARAÚJO

**NOTA FISCAL INIDÔNEA. IRREGULARIDADE CONSTATADA POR FALTA DE VISTO NA NOTA FISCAL PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MANTIDA DECISÃO SINGULAR. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.**

A constatação no trânsito de mercadorias acobertadas por nota fiscal que não condiz com a operação efetuada, enseja a inidoneidade documental com a cobrança integral do ICMS do transportador.  
 Redução da multa em decorrência da Lei 10.008/2013.

**Processo nº 103.450.2011-1**

**Acórdão 114/2015**

**Recursos HIE/VOL/CRF-029/2014**

**1º Recorrente:** GERÊNCIA EXEC.DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**1º Recorrida:** GEISON ALVES FONSECA  
**2º Recorrente:** GEISON ALVES FONSECA  
**2º Recorrida:** GERÊNCIA EXEC.DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**Preparadora:** COLETÓRIA ESTADUAL DE ALHANDRA  
**Autuante:** RODRIGO PAULO PANTOJA/JOÃO EUDES DE OLIVEIRA BEZERRA  
**Relator:** CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

**NOTA FISCAL INIDÔNEA. OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DA NF-e. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO SINGULAR. RECURSO HIERÁRQUICO E VOLUNTÁRIO DESPROVIDOS.**

A constatação no trânsito de mercadorias de que a nota fiscal que acoberta a mercadoria transportada não condiz com a operação efetuada, enseja a inidoneidade documental com a cobrança integral do ICMS do transportador.  
 Redução da multa em decorrência da Lei 10.008/2013.

**Processo nº 177.130.2014-4**

**Acórdão 115/2015**

**Recurso AGR/CRF-060/2015**

**AGRAVANTE:** FSEG CURSOS EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES LIMITADA - ME  
**AGRAVADO:** COLETÓRIA ESTADUAL DE PATOS  
**Preparadora:** COLETÓRIA ESTADUAL DE PATOS  
**AUTUANTE:** FRANCISCO CANDEIA N JUNIOR  
**Relator:** CONS. ROBERTO FARIA DE ARAUJO

**INTEMPESTIVIDADE NA APRESENTAÇÃO DA PEÇA RECLAMATÓRIA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.**

O Recurso de Agravo é o meio pelo qual o contribuinte pode reparar eventuais injustiças praticadas pela autoridade preparadora, na contagem de prazo para recebimento de reclamação ou recurso. Constatou-se nos autos que o contribuinte não cumpriu corretamente o prazo para apresentação da peça reclamatória, que, assim, foi considerada intempestiva.

**Processo nº 040.619.2014-6**

**Acórdão 116/2015**

**Recurso AGR/CRF-041/2015**

**Agravante:** SAZAKI MOTORS LTDA.  
**Agravada:** COLETÓRIA ESTADUAL DE CABEDELO  
**Preparadora:** COLETÓRIA ESTADUAL DE CABEDELO  
**Autuante:** IVÔNIA DE LOURDES LUCENA LINS  
**Relator:** CONS. ROBERTO FARIA DE ARAUJO

**ANÁLISE DE PRAZO. DEFESA INTEMPESTIVA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO.**

O Recurso de Agravo tem o condão de analisar prazos processuais, não podendo ser utilizado para persecução de mérito na defesa. Reclamação interposta fora do prazo. Intempestividade detectada.

**Processo nº 129.543.2010-9**

**Acórdão 117/2015**

**Recursos HIE/VOL/CRF-021/2012**

**1º RECORRENTE:** GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULG. DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP  
**1º RECORRIDA:** 2º RECORRENTE: 2º RECORRIDA: ROMILDA TEIXEIRA BARRETO.ROMILDA TEIXEIRA BARRETO.GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULG. DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP  
**PREPARADORA:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA  
**AUTUANTE:** JACINTA DE MELO NOGUEIRA  
**RELATOR:** CONS. ROBERTO FARIA DE ARAÚJO

**FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTA FISCAL DE AQUISIÇÃO. OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS-LEVANTAMENTO FINANCEIRO. PAGAMENTO EXTRACAIXA. PASSIVO**

**FICTÍCIO. SUPRIMENTO IRREGULAR DO CAIXA. NULIDADE. REDUÇÃO DA MULTA DECORRENTE DE LEI NOVA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.**

A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto.

A ocorrência de desembolsos, em valores superiores às receitas do estabelecimento, configura a presunção de omissão de saídas tributadas sem o pagamento do imposto devido.

O pagamento de obrigações não contabilizadas evidencia omissão de receitas pretéritas, presumindo-se a omissão de saídas tributadas sem o pagamento do imposto devido.

A manutenção no passivo de obrigações pagas ou inexistentes autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Erro na descrição da infração acarretando a nulidade do lançamento fiscal e ajustes realizados na multa aplicada levaram à redução do crédito tributário.

**Processo nº 117.887.2009-1**

**Acórdão 118/2015**

**Recurso HIE/CRF-013/2014**

**Recorrente:** GERÊNCIA EX. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP  
**Recorrida:** JUAREZ ARRUDA DE FARIA.  
**Preparadora:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE.  
**Autuante:** FERNANDO C. B. ROCHA.  
**Relator:** CONS. JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES.

**OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. CONTA MERCADORIAS. LEVANTAMENTO FINANCEIRO. DECADÊNCIA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.**

Nos autos, comprova-se a parcialidade da exigência fiscal pela ocorrência de decadência sobre os exercícios de 2004 e 2005, após regularização da citação do lançamento indicário, inicialmente prejudicada, remanescente o crédito tributário sobre as demais diferenças tributárias não elididas. Redução da multa por infração, em face da vigência da Lei nº 10.008/2013.

**Processo nº 071.981.2009-1**

**Acórdão 119/2015**

**Recurso HIE/CRF-018/2014**

**RECORRENTE:** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROC.FISCAIS - GEJUP  
**RECORRIDA:** ANDORRA HOTEL LTDA.  
**REPARIÇÃO:** COLETÓRIA ESTADUAL DE CABEDELO.  
**AUTUANTE:** FÁBIO OLIVEIRA GUERRA.  
**RELATOR:** CONS. JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES.

**OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. DIVERGÊNCIA ENTRE AS VENDAS REALIZADAS ATRAVÉS DOS CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO E AS DECLARADAS PELO CONTRIBUINTE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS AO ISS. INAPLICABILIDADE DA TÉCNICA. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE. MANTIDA A DECISÃO SINGULAR. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO**

Comprovou-se a ocorrência de falta de repercussão tributária de ICMS diante da atividade de prestação de serviço de hospedagem em motel, campo de incidência do ISS, onde o procedimento de confronto entre os valores lançados nas GIM's e aqueles informados pelas operadoras de cartão de crédito ficou comprometido pela iliquidez, o que resultou na queda da técnica fiscal.

**Processo nº 127.801.2012-6**

**Acórdão 120/2015**

**Recurso HIE/CRF-042/2014**

**RECORRENTE:RECORRIDA:** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS FISCAIS PEREIREIRA & ALENCAR LTDA  
**PREPARADORA:** COLETÓRIA ESTADUAL DE PATOS  
**AUTUANTE:** ARNON MEDEIROS DOS SANTOS  
**RELATOR:** CONS. JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES

**OMISSÃO DE VENDAS. DECLARAÇÃO DE VENDAS EM VALORES INFERIORES AOS FORNECIDOS PELAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO. PRESUNÇÃO LEGAL. MULTA REDUZIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. REFORMADA QUANTO AOS VALORES, A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.**

A divergência entre as informações financeiras advinda das Administradoras de Cartão de Débito e Crédito, nas quais a declarante operacionalizou o

meio de pagamento das vendas de mercadorias, em relação aos valores de saídas declaradas pelo contribuinte, fez eclosar a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis. Nos autos, comprova-se a parcialidade da exigência fiscal, diante da redução da multa por infração, em face da vigência da Lei nº 10.008/2013.

Processo nº 000.003.2013-7

Acórdão 121/2015

Recurso VOL/CRF-606/2013

**Recorrente:** NASA NORDESTE ARTEFATOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
**Recorrida:** GERÊNCIA EXECUTIVA JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**Preparadora:** RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA  
**Autuante:** FRANCISCA REGINA D M CAMPOS  
**Relator:** CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

**OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. ARQUIVO MAGNÉTICO. INFORMAÇÕES OMITIDAS. NOTAS FISCAIS NÃO LANÇADAS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. MULTAS ACESSÓRIAS DEVIDAS. ALTERADA, QUANTO OS VALORES, A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROcedente. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Constatada nos autos a omissão, no arquivo magnético/digital (Guia de Informação Mensal – GIM), de informações constantes nos documentos ou livros fiscais obrigatórios, punível com multa acessória específica disposta em lei, vigente à época dos fatos. Reforma da decisão recorrida. Confirmada parcialmente a irregularidade fiscal atestando a ocorrência de notas fiscais destinadas à empresa fiscalizada sem o devido lançamento dos documentos fiscais de entrada nos livros próprios, com incidência de penalidade acessória pelo descumprimento da obrigação de fazer, na forma prevista pela legislação de regência.

Processo nº 018.650.2012-5

Acórdão 122/2015

Recurso VOL/CRF-150/2013

**RECORRENTE:** M. DIAS BRANCO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
**RECORRIDA :** GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS  
**PREPARADORA:** COLETORIA ESTADUAL DE CABEDELO  
**AUTUANTE:** FERNANDO SOARES P. DA COSTA  
**RELATORA:** CONS. ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO

**FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. INFRAÇÃO CONFIGURADA PARCIALMENTE. AUTO DE INFRAÇÃO PROcedente EM PARTE. ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDEDO.**

- Confirmada, em parte, a falta de recolhimento de ICMS Diferencial de Alíquotas devido pela entrada de mercadorias ou bem, no estabelecimento do contribuinte, oriundos de outras unidades da Federação, destinadas ao uso e consumo.  
- A análise individualizada das notas fiscais, objeto da acusação, levou à exclusão de algumas por se referirem a mercadorias não tributadas e para fins diversos do uso e consumo.  
- Aplicam-se ao presente julgamento as disposições da recente legislação, que alterou o valor da multa referente ao descumprimento da infração em comento- Lei nº 10.008/2013.

Processo nº 166.562.2014-2

Acórdão 123/2015

Recurso AGR/CRF-045/2015

**AUTUADA:** VEPEL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.  
**AGRAVANTE:** FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.  
**AGRAVADO:** COLETORIA ESTADUAL DE QUEIMADAS  
**PREPARADORA:** COLETORIA ESTADUAL DE QUEIMADAS  
**AUTUANTES:** CIRO MOREIRA DE MELO FILHO E JOYCE LIMA DA COSTA  
**RELATORA:** PATRÍCIA MÁRCIA DE ARRUDA BARBOSA

**TEMPESTIVIDADE NA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÃO. MODIFICADA A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO DE AGRAVO PROVIDEDO.**

Interposto para reparação de erro na contagem de prazo, quando da interposição da petição reclamatória, deu-se o provimento do recurso de agravo pois verificou-se o equívoco cometido pela Repartição Preparadora na contagem do prazo.

Processo nº 166.561.2014-8

Acórdão 124/2015

Recurso AGR/CRF-044/2015

**AUTUADA:** CAVALVANTI PRIMO VEÍCULOS LTDA.  
**AGRAVANTE:** FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.  
**AGRAVADO:** COLETORIA ESTADUAL DE QUEIMADAS

**PREPARADORA:** COLETORIA ESTADUAL DE QUEIMADAS  
**AUTUANTES:** CESAR DA CRUZ NOGUEIRA E CIRO MOREIRA DE MELO FILHO  
**RELATORA:** CONS. PATRÍCIA MÁRCIA DE ARRUDA BARBOSA

**TEMPESTIVIDADE NA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÃO. MODIFICADA A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO DE AGRAVO PROVIDEDO.**

Com o intuito de ilidir injustiças causadas, quanto à errônea recontagem de prazos, por parte da repartição preparadora deu-se o provimento do recurso em apreço, tendo em vista que no término do prazo para a interposição da peça reclamatória, foi proclamado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, por esta razão o lapso temporal foi prorrogado para o próximo dia útil seguinte.

Gianni Cunha da Silveira Cavalcante  
Presidente

#### GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS

#### DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO Nº 002/2015.

Tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do art. 9º, combinado com o art. 149, § 1º da Lei 10.094, de 27 de setembro de 2013, estamos encaminhando para publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, a relação dos processos administrativos contenciosos distribuídos para julgamento, fixando em 05 (cinco) dias o prazo para arguição de suspeição contra a autoridade julgadora designada, conforme a seguinte relação:

PROCESSO	CONTRIBUINTE	JULGADOR FISCAL
1861502014-0	ENERGISA BORBOREMA – DISTR. DE ENERGIA S.A.	SIDNEY WATSON F. SILVA
1861532014-4	ENERGISA PARAÍBA – DISTR. DE ENERGIA S.A.	SIDNEY WATSON F. SILVA

João Pessoa, 18 de março de 2015.

Anísio de Carvalho Costa Neto  
Gerente Executivo

#### Secretaria de Estado da Educação

Portaria n. 164/2015

João Pessoa, 18 de março de 2015

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições legais, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993,

**R E S O L V E** designar o servidor **Rafael Alves Rosas**, CPF n. 018.788.504-40, Matrícula n. **602.224-3** como gestor do **Contrato de n. 00005/2015**, firmado com a **TICKET SERVIÇOS S/A**, no processo administrativo n. **0008262-0/2015**, que tramita nesta Secretaria.

ALESSIO TRINDADE DE BARROS  
Secretário de Estado da Educação

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

PORtaria/UEPB/GR/0086/2015

O Reitor da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item X, do Estatuto da Instituição,

**RESOLVE:**

**Autorizar** a mudança de regime de trabalho, de **T-40** para **T-40 DE** do(a) professor(a) **AUGUSTO CESAR MORAIS GOMES**, matrícula nº **1.22962-1**, lotado(a) no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais – CEDUC, de acordo com o processo nº 07.941/2014.

**Registros e publicações necessários.**

Campina Grande - PB, 02 de março de 2015.

PORtaria/UEPB/GR/0125/2015

O Reitor da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

**RESOLVE:**

**Exonerar RONALDO ALVES DE MENEZES**, matrícula nº **1.03233-3**, lotado(a) no(a) Reitoria, do cargo em comissão de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO - II**, símbolo **NAA-2**.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande - PB, 12 de março de 2015.

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior  
Reitor

**RESENHA/UEPB/GR/0023/2015**

O Reitor da **Universidade Estadual da Paraíba - UEPB**, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso VII do Estatuto da Instituição, **DEFERIU** o seguinte processo:

Lotação	Processo	Matrícula	Nome	Assunto
Campus Avançado Serrotão	00.345/2015	1.03783-6	Abraão Bruno Moraes Coura	Gratificação de Periculosidade

Registros e publicações necessários.  
Campina Grande - PB, 05 de março de 2015.

  
Prof. Antonio Guedes Rangel Junior  
Reitor

**FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA-FUNAD**
**PORTRARIA N° 0048/2015**
**João Pessoa, 18 de março de 2015**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA – FUNAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 49, inciso XI, da Lei nº. 5.262, de 17.04.1990,

**RESOLVE** exonerar, **JANAINA NUNES DA SILVA**, do Cargo de Assessor Técnico, símbolo DAA-202, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Fundação.

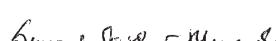
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTRARIA N° 0049/2015**
**João Pessoa, 18 de março de 2015**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA – FUNAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 49, inciso XI, da Lei nº. 5.262, de 17.04.1990,

**RESOLVE** nomear, **CLAÚDIA VERONESE**, para o Cargo de Assessor Técnico, símbolo DAA-202, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Fundação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
SIMONE JORDÃO ALMEIDA  
Presidente

**Secretaria de Estado da Infraestrutura,  
dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente  
e da Ciência e Tecnologia**
**SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA**
**PORTRARIA GS/N° 072/15**
**Em, 10 de março de 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SUPLAN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 7º, Inciso VIII, letra b do Decreto nº 13.587 de 27 de março de 1990,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, **ANA CRISTINA MUNIZ DE MENEZES**, Engenheira Civil, do Cargo em Comissão de Gerente Regional de Itaporanga, Símbolo CAS-3, com vigência a partir da data de sua publicação.

**PORTRARIA GS/N° 073/15**
**Em, 10 de março de 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SUPLAN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 7º, Inciso VIII, letra b do Decreto nº 13.587 de 27 de março de 1990,

**RESOLVE:**

**DISPENSAR**, **LAÉRCIO MOURA DA COSTA FILHO**, Técnico de Nível Médio, matrícula nº 750.216-8, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Autarquia, da Função Gratificada de Chefe da Seção de Conservação, com vigência a partir da data de sua publicação.

**PORTRARIA GS/N° 074/15**
**Em, 10 de março de 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SUPLAN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 7º, Inciso VIII, letra b do Decreto nº 13.587 de 27 de março de 1990,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, **ANA CRISTINA MUNIZ DE MENEZES**, Engenheira Civil, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Conservação, Símbolo F-1, com vigência a partir da data de sua publicação.

**PORTRARIA GS/N° 075/15**
**Em, 10 de março de 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SUPLAN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 7º, alínea VIII do Decreto nº 13.582 de 27 de março de 1990,

**RESOLVE**

**DESIGNAR**, o servidor **DOMINGOS MARQUES NETO**, Engenheiro Civil, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, ora a disposição desta Autarquia, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente Regional de Itaporanga, Símbolo CAS-3, com vigência a partir da data da publicação.

**PORTRARIA GS/076/15**
**Em, 10 de março de 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SUPLAN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 7º, Inciso VIII, letra b do Decreto nº 13.587 de 27 de março de 1990,

**RESOLVE:**

**DISPENSAR**, **LÚCIA VALKÍRIA ARAÚJO GRANJEIRO**, Assistente Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, ora a disposição desta Autarquia, da Função Gratificada de Secretaria da Gerência Regional de Campina Grande, Símbolo F-3, com vigência a partir da data de sua publicação.

**PORTRARIA GS/N° 077/15**
**Em, 10 de março de 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SUPLAN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 7º, Inciso VIII, letra b do Decreto nº 13.587 de 27 de março de 1990,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, **MARIA DO CARMO RODRIGUES**, Administradora, para exercer o Cargo em Comissão de Secretaria da Gerência Regional de Campina Grande, Símbolo F-3, com vigência a partir da data de sua publicação.

  
SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES  
Diretora Superintendente

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**
**PORTRARIA N° 064 DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, o art. 67 da Lei nº 8.666/93 consta no Processo de nº 1131/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a Servidora **RAQUEL BATISTA DE ARAÚJO**, matrícula 5925-1, inscrita no CPF sob o nº 436.474.564-20, na qualidade de Gestora do Contrato PJ nº 007/2014, referente ao Pregão nº 390/2014, que tem por objeto o fornecimento de cartão para refeição, com chip de segurança.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do Art. 67, & 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

  
Engº Carlos Pereira de Carvalho e Silva  
Diretor Superintendente  
DER-PB

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**
**DELIBERAÇÃO N° 3616**

O CONSELHO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - COPAM, em sua 089ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de Fevereiro de 2015, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Estadual de 1989, pela Lei n.º 4.335, de 16 de dezembro de 1981, modificada pela Lei n.º 6.757, de 08 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 21.120, de 20 junho de 2.000, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, de 12 de novembro de 1981. Após apreciação do Processo SUDEMA Nº 2015-000236 – **EBRASIL GÁS ENERGIA S.A.**, referente renovação da Licença Prévia C8/2014 – Processo SUDEMA Nº 2014-003385 – USINA TERMOELETTRICA COM MATRIZ ENERGETICA A GÁS NATURAL – Porto de Cabedelo – Cabedelo.

Art. 1º O plenário aprovou a emissão da Licença Prévia C5/2015

Art. 2º Esta deliberação está sendo republicada para correção do nome da atividade licenciada. A licença a ser corrigida passará a ser Licença Prévia C7/2015.

Art. 3º Anula-se a Licença Prévia C5/2015

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

  
João Vicente Machado Sobrinho  
Presidente Substituto do COPAM

  
Maria de Fátima M. Môrosine  
Secretário Executivo do COPAM

**DELIBERAÇÃO N° 3617**

O CONSELHO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - COPAM, em sua 089ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de Fevereiro de 2015, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Estadual de 1989, pela Lei n.º 4.335, de 16 de dezembro de 1981, modificada pela Lei n.º 6.757, de 08 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 21.120, de 20 junho de 2.000, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, de 12 de novembro de 1981. Após apreciação do Processo SUDEMA Nº 2015-000238 – **ELETRICIDADE DO BRASIL S.A.**, referente a renovação da Licença Prévia nº C10/14 – Processo SUDEMA Nº 2014-004312 – USINA TERMOELETTRICA COM MATRIZ ENERGETICA A GÁS NATURAL – Fazenda Tambauzinho Gleba III – Santa Rita-PB.

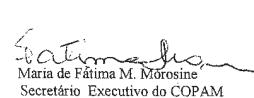
**Art. 1º** O plenário aprovou a emissão da Licença Prévias C6/2015

**Art. 2º** Esta deliberação está sendo republicada para correção do nome da atividade licenciada. A licença a ser corrigida passará a ser Licença Prévias C8/2015.

**Art. 3º** Anula-se a Licença Prévias C6/2015

**Art. 4º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

  
João Vicente Machado Sobrinho  
Presidente Substituto do COPAM

  
Maria de Fátima M. Mórosine  
Secretária Executiva do COPAM

## Secretaria de Estado da Cultura

### FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA

PORTARIA N° 035/2015 – GP

João Pessoa, 13 de março 2015

**A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA – FUNESC**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 42 incisos XI e XIV do Estatuto da Fundação Espaço Cultural da Paraíba, aprovado pelo Dec. N° 12.377 de 02 de fevereiro de 1988 e Art. 67 incisos V e XVI, do Regimento Interno, homologado em 16 de abril de 1990 através do DEC.13.621 publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 27 de abril de 1990.

#### R E S O L V E

Designar, **MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DOS SANTOS**, matrícula n° 94.841-1, CPF n° 396.877.754-91, para Gestor de Contrato pertinente ao Processo n° 129/2015- Prestação de Serviços de Informática e Manutenção do SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira destinada a atender demanda da Diretoria Financeira.

  
MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA DRA  
PRESIDENTE

## PBPrev - Paraíba Previdência

Resenha/PBprev/GP/n° 095-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01.	PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
02.	00326-15	MARIA DO SOCORRO BEZERRA COSTA	965.233-7	REVISÃO DE PENSÃO
03.	00410-15	DINALVA BARBOSA COUTINHO	961.487-7	REVISÃO DE PENSÃO
04.	00223-15	MARIA ROSINETE SILVA DE OLIVEIRA	967.058-1	REVISÃO DE PENSÃO
05.	00217-15	HAGLACY GLÓRIA DE BRITO PRIMO	965.387-2	REVISÃO DE PENSÃO
06.	04770-13	ROSA FELINTA WANDERLEY	970.250-4	REVISÃO DE PENSÃO
07.	00573-15	MARIA DAS NEVES BARBOSA DE LIMA	974.826-1	REVISÃO DE PENSÃO
08.	09628-14	ANTÔNIA MATIAS DA SILVA	972.623-3	REVISÃO DE PENSÃO
09.	09663-14	IVETE JUSTINO DA SILVA RODRIGUES	973.462-7	REVERSÃO DE QUOTA
10.	08934-14	EVA PEREIRA DA COSTA	969.218-5	SOLICITAÇÃO
11.	10333-14	JOSÉ RIBEIRO FILHO	974.714-1	SOLICITAÇÃO
12.	00908-15	PEDRO HENRIQUE HOLANDA AGUIAR	974.537-8	REVERSÃO DE QUOTA
13.	01054-15	MARIA DAS NEVES DE MEDEIROS PESSOA	961.653-5	REVISÃO DE PENSÃO
14.	01566-15	HILDA DIAS DE VASCONCELOS	965.735-5	REVISÃO DE PENSÃO
15.	01425-15	JOSENILDA CUNHA DA SILVA	964.098-3	REVISÃO DE PENSÃO

João Pessoa, 12 de março de 2015.

Resenha/PBprev/GP/n° 097-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

01.	PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
02.	00262-15	MARIA DO SOCORRO BRITO	971.986-5	REVISÃO DE PENSÃO
03.	00003-15	FRANCISCO PEDRO DA SILVA FILHO	973.645-0	REVISÃO DE PENSÃO
04.	00018-15	SEVERINA DE SOUSA TERTO	964.981-6	REVISÃO DE PENSÃO
05.	00729-15	INES MARQUES DE OLIVEIRA	974.790-7	REVISÃO DE PENSÃO
06.	01608-15	ADRIANO JORGE M.C.BRASILEIRO	975.024-0	REVISÃO DE PENSÃO
07.	01017-15	LUZIMAR DIAS ALVES	965.875-1	REVISÃO DE PENSÃO
08.	01791-15	YÉDIA MARIA DE SOUTO R. OLIVEIRA	973.643-3	REVISÃO DE PENSÃO
09.	01262-15	MARIA DA GUIA LUCENA M. COSTA	968.512-0	REVISÃO DE PENSÃO
10.	00097-15	MARCELINO DE SOUSA	973.813-4	REVISÃO DE PENSÃO
11.	01311-15	SEVERINA SANTOS DE OLIVEIRA	969.537-1	REVISÃO DE PENSÃO
12.	01957-15	MARINALVA DE OLIVEIRA PEREIRA	974.028-7	REVISÃO DE PENSÃO
13.	01615-15	M. DE LOURDES ALENCAR B. SEIXAS	974.837-7	REVISÃO DE PENSÃO
14.	01055-15	JOSEFA BARBOSA RAMOS	975.352-4	REVISÃO DE PENSÃO
15.	01187-15	MARIA DE FÁTIMA SILVA SOARES	970.337-3	REVERSÃO DE QUOTA

João Pessoa, 12 de março de 2015.

Resenha/PBprev/GP/n° 099-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são

conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
01280-15	M.ª DE FÁTIMA NÓBREGA B. DE OLIVEIRA	971.215-1	REVISÃO DE PENSÃO
02.	CACILDA MEDEIROS DE QUEIROGA	971.230-5	REVISÃO DE PENSÃO
03.	JURACY CORREIA GALDINO	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
04.	FLÁVIO CAVALCANTE MAIA	974.047-3	REVISÃO DE PENSÃO

João Pessoa, 13 de março de 2015.

Resenha/PBprev/GP/n° 101-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, INDEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
01.	BERNADETE MARIA DA SILVA DANTAS	971.215-1	REVISÃO DE PENSÃO
02.	JEANINY KÁTIA SOUSA DE OLIVEIRA	971.230-5	REVISÃO DE PENSÃO
03.	MARIA DO SOCORRO SOARES PAULINO	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
04.	MARIA DE FÁTIMA BRASILEIRO DA SILVA	974.047-3	REVISÃO DE PENSÃO
05.	IVONE FERRARO MORAIS	971.215-4	REVISÃO DE PENSÃO
06.	ANA CRISTINA VITORINO DE FIGUEIREDO	974.047-3	REVISÃO DE PENSÃO
07.	ERIKÁ AGUILAR FERREIRA FERNANDES	971.230-5	REVISÃO DE PENSÃO
08.	ANA KÁTIA DE OLIVEIRA SILVA	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
09.	TERESA TOMAZ DE AQUINO	974.047-3	REVISÃO DE PENSÃO
10.	ODETE FIRMINO DA SILVA	971.215-4	REVISÃO DE PENSÃO
11.	JOSALBA TARGINO BELMONT	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
12.	ANA PAULA CORREA	971.215-4	REVISÃO DE PENSÃO
13.	CILEIDE MARIA DE SOUSA AGRA	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
14.	MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
15.	SUELÍ CRISTOVÃO DA SILVA DAMIÃO	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO
16.	MARIA DA PENHA TEIXEIRA	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO

João Pessoa, 13 de março de 2015.

Resenha/PBprev/GP/n° 103-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
01.	GILVANDA DE SENA MARTINS	972.326-9	REVISÃO DE PENSÃO
02.	M.ª DAS GRAÇAS MARTINS GAMA	975.781-3	REVISÃO DE PENSÃO
03.	LÚCIO MACHADO DA SILVA	968.929-0	REVISÃO DE PENSÃO
04.	ANTÔNIA LOPES DE CARVALHO	977.215-4	REVISÃO DE PENSÃO
05.	CARMEN LÚCIA RANGEL	973.547-0	REVISÃO DE PENSÃO
06.	INÁCIA DE ALMEIDA MONTEIRO	970.987-8	REVISÃO DE PENSÃO
07.	M.ª DO CARMO COSTA GOMES	965.736-3	REVISÃO DE PENSÃO
08.	CELSO CARLOS FERNANDES DUARTE	967.867-1	REVISÃO DE PENSÃO
09.	OZANI FREIRE DA COSTA	974.702-8	REVISÃO DE PENSÃO
10.	MANUELA AUGUSTA V. DE MORAES	969.921-0	REVISÃO DE PENSÃO
11.	INÉS FERREIRA DA SILVA	972.120-7	REVISÃO DE PENSÃO
12.	INALDA BARTISTA DE BRITO	972.021-9	REVISÃO DE PENSÃO
13.	RITA ROSA NUNES FERREIRA	970.413-2	REVISÃO DE PENSÃO
14.	M.ª DE FÁTIMA PIRES DE S. NÓBREGA	967.887-5	REVISÃO DE PENSÃO
15.	M.ª BERNADETE GUIMARÃES DE SOUZA	966.944-2	REVISÃO DE PENSÃO
16.	JOSÉ JORGE DE SOUZA	970.651-8	REVISÃO DE PENSÃO

João Pessoa, 16 de março de 2015.

Resenha/PBprev/GP/n° 105-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
00215-15	M.ª DAS GRAÇAS RODRIGUES DE LIMA	976.576-0	REVISÃO DE PENSÃO
10849-14	NEUZA ROBERTO LEITE DA SILVA	970.775-1	REVISÃO DE PENSÃO
00613-15	M.ª APARECIDA DE OLIVEIRA MARTINS	973.236-5	REVISÃO DE PENSÃO
00810-15	M.ª DA CONCEIÇÃO M. DA SILVA CUNHA	973.539-9	REVISÃO DE PENSÃO
11019-14	TEREZINHA MARIA AMÉLIA HILÁRIO LACER-DA BRASILEIRO	975.760-1	REVISÃO DE PENSÃO
10464-14	KELLY CRISTINA DE SOUSA	966.655-9	REVISÃO DE PENSÃO
10609-14	DORNÉLIO BARBOSA MEIRA	965.172-1	REVISÃO DE PENSÃO
08287-14	RAIMUNDO SOUSA DE OLIVEIRA	976.863-7	SOLICITAÇÃO

João Pessoa, 16 de março de 2015.

Resenha/PBprev/GP/n° 107-2015

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, INDEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
01.	ANA MARIA SORRENTINO BATISTA	974.904-7	REVISÃO DE PENSÃO

João Pessoa, 16 de março de 2015.

conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

	PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	ASSUNTO
01.	12647-12	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	084.002-5	SOLICITAÇÃO
02.	08979-14	OLAVIO LIBERALINO DE CARVALHO	977.083-6	SOLICITAÇÃO
03.	07176-14	MARIA JOSÉ SOUTO MAIOR	971.093-1	SOLICITAÇÃO
04.	09581-14	BRENA SOARES DINIZ	977.200-6	SOLICITAÇÃO
05.	00176-15	Mª DO SOCORRO CARIY C. DE BARROS	977.304-5	SOLICITAÇÃO

João Pessoa, 17 de março de 2015.

#### RESENHA/PBPREV/GP/Nº 160/2015

O Presidente da PBPPREV - Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	PORTRIA	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ÓRGÃO DE ORIGEM
001101-15	IRACI SOARES DA SILVA	132.184-6	524	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
000035-15	MANOEL DE OLIVEIRA BRANDÃO	1.338-2	077	Art. 3º, § 2º da EC nº 41/03, c/c o art.40,§ 1º, inciso III, alínea "a" da CF, com a redação dada pela EC nº 20/98.	DER
001005-15	MARIA DE FÁTIMA SARAIWA	132.613-9	256	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001237-15	ZELIA MARIA DOS SANTOS GOUVEIA	89.715-9	353	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001223-15	MARIA GUIMARÃES DOS SANTOS VIEIRA	122.472-7	529	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. UEPB	
001160-15	ALZENY ALMEIDA DA CUNHA	81.184-0	348	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
000180-15	MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DE CARVALHO	662.063-9	501	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. FUNDAC	
006462-14	ANTONIO LOUREIRO CALVANCANTI	137.971-2	209	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEDIH	
001222-15	LÚCIA DE FÁTIMA ALVES BATISTA	129.505-5	390	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001196-15	MARIA DAS GRAÇAS SALVINO LEITE	149.728-6	420	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SES	
001010-15	ROSANGELA DE CASSIA MOTA GAUDÊNCIO DE BRITO	77.855-9	543	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SES	
010879-14	MARIZETE DOMICIANO GALVÍNICO SILVA	005.501-8	194	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. DER	
001224-15	ADÉLIA ALVES NEVES	110.708-9	432	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SER	
001288-15	VAGNA TRAJANO LUNA	89.170-3	355	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
00970-15	FRANCISCA ENÉAS DE SOUSA ROZADO	134.587-7	617	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001081-15	FRANCISCA NEUMA VIEIRA FURTADO	141.689-8	478	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001235-15	ALZINETE DANTAS DE MELO	84.963-4	443	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001177-15	MARIA DO SOCORRO SANTOS DE SANTANA	142.614-1	546	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001272-15	SEBASTIÃO XAVIER DE ALMEIDA	83.792-0	448	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001151-15	ANA LÉDA DE MORAIS LOPES	130.406-2	444	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001227-15	JOÃO BOSCO ARAÚJO DINIZ	74.271-6	492	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001207-15	FERNANDO CABRAL DE ARAÚJO	85.599-5	449	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE

João Pessoa, 12 de março de 2015.

#### RESENHA/PBPREV/GP/Nº 196/2015

O Presidente da PBPPREV - Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, abaixo relacionado(s):

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	PORTRIA	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ÓRGÃO DE ORIGEM
001634-15	ELVIRA MARIA PEREIRA DE ALENCAR	064.479-5	430	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
007834-14	ANTONIO MARINALDO SARAIWA BEZERRA	750.474-8	081	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SUPLAN	
11553-14	MARIA DE LOURDES PEREIRA DO NASCIMENTO	000.354-9	476	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. INTERPA	
001581-15	MARIA DAS GRAÇAS LAURENTINO DA SILVA	133.998-5	425	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001318-15	MARLUCE JUVINO DE FRANÇA	088.606-8	567	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001568-15	ZULEIDE RODRIGUES SOBREIRA DE ARAÚJO	144.735-1	483	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001371-15	IVETE CORDEIRO DA SILVA LIRA	079.274-8	523	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SES	
001643-15	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA DA SILVA	080.003-1	521	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001626-15	MARIA CÉLIA DA SILVA PEREIRA	080.411-8	422	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001586-15	JOSUMAR CRIZANTO LEITE	083.788-1	599	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001471-15	LUZINEIDE VICTOR DOS SANTOS BARBOSA	084.797-6	552	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001588-15	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	085.008-0	493	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001584-15	NIIZA DE FREITAS SOUSA	073.134-7	510	Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05. SEE	
001396-15	MARIA ELINETE GONÇALVES DE SOUSA	120.585-4	482	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
000479-15	VICENCIA CARMOSA SILVA TAVARES	143.589-2	622	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
000007-15	MARIA GORETE DA COSTA CUNHA	143.424-1	595	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
000953-15	ADELMA DE FARIA LIMA	145.071-9	549	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001352-15	MARIA LUCIENE DIAS FERNANDES DA COSTA	142.792-0	551	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001628-15	MARIA DO SOCORRO ESTEVAM LEITE FELIPE	100.736-0	437	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE
001590-15	FRANCISCA FRANCINEIDE DE SOUSA ANDRADE	132.182-0	563	Art. 6º, I, II,III e IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do art.40 da CF/88.	SEE

João Pessoa, 20 de março de 2015.

#### RESENHA/PBPREV/GP/nº. 200/2015

O Presidente da PBPPREV-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) processo(s) de **Revisão de Aposentadoria**, abaixo relacionado(s):

Processo	Requerente	Matrícula	
01	1945-15	FRANCISCO DE ASSIS SOUTO	61.550-1
02	1243-15	ANTONIA IRES GOMES CARVALHO NOBREGA	29.531-1
03	14631-13	IRACEMA ARANTES DA SILVA	67.315-3
04	00649-15	MARIA DE LOURDES DA SILVA	29.402-1
05	01188-15	NELY DAS NEVES PESSOA	36.235-2
06	00629-15	ESTELITA DE LIMA FIGUEIREDO	140.999-9
07	01943-15	MARIA DAS NEVES DANTAS DE MORAIS	35.311-6
08	06602-14	LUCIENE SOARES MARIZ	120.572-2

09	08887-14	MARIA FERNANDA NISA MACHADO	58.413-4
10	00087-15	FRANCISCO BRAZ TORRES	513.874-4
11	05277-14	MARIA ELIZABETH CRISPIM PASCHOAL	120.441-6
12	10798-14	LAURA VIEIRA DE FREITAS MARINHO	074.950-8
13	01415-15	MARIA RITA QUEIROGA VILAR DANTAS	34.999-2
14	05530-14	JOSELIA MARIA GOMES DE LIMA	220.313-8
15	00728-15	GERALDA ELPÍDIO DE ARAÚJO	112.933-3
16	11008-14	RENATO MARIA DE AGUIAR	087.713-1
17	00851-15	MARIA DULCE NÓBREGA TRIGUEIRO	053.323-8
18	00909-15	ANTONIA LEITE DE PAULA	066.161-9

João Pessoa, 19 de março de 2015.

  
**Yuri Simpson Lobato**  
Presidente da PBPrev

## **Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças / Polícia Militar do Estado da Paraíba / Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba**

#### Portaria Conjunta nº 3

João Pessoa, 20 de março de 2015.

Autoriza a Descentralização de Crédito Orçamentário em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO em conjunto com os Órgãos POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA e SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, inciso II, do artigo 89, da Constituição do Estado, c/c as disposições do Decreto Estadual nº 33.884, de 3 de maio de 2013 e alterações posteriores, observados os limites estabelecidos na Lei nº 10.262 de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 04 de maio de 2001, e

Considerando o que estabelecem os Decretos 33.884, de 3 de maio de 2013 e 34.272, de 29 de agosto de 2013;

Considerando, ainda, que há no Orçamento Geral do Estado, consignado em favor da unidade gestora PM/PB - 15.0001 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, Crédito Orçamentário próprio para cobertura dos encargos com o Termo de Cooperação Técnica nº 0001/2015, que entre si celebram a (o) POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA e o (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, relativo à DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA A SUPLAN COM O OBJETIVO DE CUSTEAR AS DESPESAS REFERENTES ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE POLÍCIA SOLIDÁRIA - UPS, DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, A SER CONSTRUÍDA EM TIBIRI - MUNICÍPIO DE SANTA RITA - PB.;

#### RESOLVE M:

Art. 1º - Autorizar a descentralização, em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, do crédito orçamentário na forma abaixo discriminado(s):

Classificação funcional-programática							Reserva
ÓRGÃO</							

**Considerando** o que estabelecem os Decretos 33.884, de 3 de maio de 2013 e 34.272, de 29 de agosto de 2013;

**Considerando**, ainda, que há no Orçamento Geral do Estado, consignado em favor da unidade gestora PM/PB - 15.0001 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, Crédito Orçamentário próprio para cobertura dos encargos com o Termo de Cooperação Técnica nº 0002/2015, que entre si celebram a (o) POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA e o (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, relativo à DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA A SUPLAN COM O OBJETIVO DE CUSTEAR AS DESPESAS REFERENTES ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DA NOVA SEDE DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA - BOPE.;

#### R E S O L V E M :

Art. 1º - Autorizar a descentralização, em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, do crédito orçamentário na forma abaixo discriminado(s):

Classificação funcional-programática									Reserva		
Órgão	Unidade	Função	Sub-função	Programa	Projeto/Atividade/Oper.Esp.	Localização Geográfica da Ação	Natureza da despesa	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Número	Valor
15	101	06	181	5144	1193	0287	3390	39	100	00076	234.167,34
15	101	06	181	5144	1193	0287	4490	51	100	00077	24.169,29
<b>TOTAL</b>									<b>258.336,63</b>		

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG que, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, adote as providências suficientes e necessárias à operacionalização da descentralização autorizada nos termos do Art. 1º, desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria vigerá a partir da data de sua publicação.

  
TARCIO HANDEL PESSOA  
Secretário de Estado das Finanças

  
FULLER DE ASSIS CHAVES - CEFQOC  
Comandante-Geral

  
SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES  
Diretora Superintendente

Portaria Conjunta nº 5

João Pessoa, 20 de março de 2015.

Autoriza a Descentralização de Crédito Orçamentário em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO em conjunto com os Órgãos POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA e SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, inciso II, do artigo 89, da Constituição do Estado, c/c as disposições do Decreto Estadual nº 33.884, de 3 de maio de 2013 e alterações posteriores, observados os limites estabelecidos na Lei nº 10.262 de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 04 de maio de 2001, e

**Considerando** o que estabelecem os Decretos 33.884, de 3 de maio de 2013 e 34.272, de 29 de agosto de 2013;

**Considerando**, ainda, que há no Orçamento Geral do Estado, consignado em favor da unidade gestora PM/PB - 15.0001 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, Crédito Orçamentário próprio para cobertura dos encargos com o Termo de Cooperação Técnica nº 0003/2015, que entre si celebram a (o) POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA e o (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, relativo à DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA A SUPLAN COM O OBJETIVO DE CUSTEAR AS DESPESAS REFERENTES À RECUPERAÇÃO DO 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, PRIMEIRO PAVIMENTO, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB.;

#### R E S O L V E M :

Art. 1º - Autorizar a descentralização, em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, do crédito orçamentário na forma abaixo discriminado(s):

Classificação funcional-programática									Reserva		
Órgão	Unidade	Função	Sub-função	Programa	Projeto/Atividade/Oper.Esp.	Localização Geográfica da Ação	Natureza da despesa	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Número	Valor
15	101	06	181	5144	1193	0287	3390	39	100	00078	63.746,54
<b>TOTAL</b>									<b>63.746,54</b>		

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG que, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, adote as providências suficientes e necessárias à operacionalização da descentralização autorizada nos termos do Art. 1º, desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria vigerá a partir da data de sua publicação.

  
TARCIO HANDEL PESSOA  
Secretário de Estado das Finanças

  
FULLER DE ASSIS CHAVES - CEFQOC  
Comandante-Geral

  
SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES  
Diretora Superintendente

Portaria Conjunta nº 6

João Pessoa, 20 de março de 2015.

Autoriza a Descentralização de Crédito Orçamentário em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO em conjunto com os Órgãos POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA e SUPERINTENDÊNCIA DE

**OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, inciso II, do artigo 89, da Constituição do Estado, c/c as disposições do Decreto Estadual nº 33.884, de 3 de maio de 2013 e alterações posteriores, observados os limites estabelecidos na Lei nº 10.262 de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 04 de maio de 2001, e

**Considerando** o que estabelecem os Decretos 33.884, de 3 de maio de 2013 e 34.272, de 29 de agosto de 2013;

**Considerando**, ainda, que há no Orçamento Geral do Estado, consignado em favor da unidade gestora PM/PB - 15.0001 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, Crédito Orçamentário próprio para cobertura dos encargos com o Termo de Cooperação Técnica nº 0004/2015, que entre si celebram a (o) POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA e o (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, relativo à DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA A SUPLAN COM O OBJETIVO DE CUSTEAR AS DESPESAS REFERENTES À CONSTRUÇÃO DO ABRIGO DE RESÍDUOS DO HOSPITAL GENERAL EDSON RAMALHO, EM JOÃO PESSOA - PB.;

#### R E S O L V E M :

Art. 1º - Autorizar a descentralização, em favor do (a) SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA, do crédito orçamentário na forma abaixo discriminado(s):

Classificação funcional-programática									Reserva		
Órgão	Unidade	Função	Sub-função	Programa	Projeto/Atividade/Oper.Esp.	Localização Geográfica da Ação	Natureza da despesa	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Número	Valor
15	101	06	181	5144	1193	0287	4490	51	100	00079	276.309,07
<b>TOTAL</b>									<b>276.309,07</b>		

Art. 2º - Determinar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG que, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, adote as providências suficientes e necessárias à operacionalização da descentralização autorizada nos termos do Art. 1º, desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria vigerá a partir da data de sua publicação.

  
TARCIO HANDEL PESSOA  
Secretário de Estado das Finanças

  
FULLER DE ASSIS CHAVES - CEFQOC  
Comandante-Geral

  
SIMONE CRISTINA COELHO GUIMARÃES  
Diretora Superintendente

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Portaria N° 144/2015-DPPB/GDPG

João Pessoa, 17 de março de 2015.

**O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 134, da Constituição Federal, art. 97-A, e art. 100, da Lei Complementar Federal nº 80/94, c/c o Artigo 18, inciso IX, da Lei Complementar nº 104, de 23 de maio de 2012,

**RESOLVE** exonerar MICHAEL LIRA RODRIGUES do cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete I da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, Símbolo CAD-6.

Publique-se,

Cumpra-se.

  
Vanildo Oliveira Brito  
Defensor Público Geral do Estado

## LICITAÇÕES - EXTRATOS - LICENÇAS - TERMOS - ATAS

### Secretaria de Estado da Educação

#### EDITAIS E AVISOS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO - CPI

##### EDITAL DE CHAMAMENTO n. 30

Tendo em vista o que dispõe o Art. 151, Parágrafo Único, da Lei Complementar n. 58/2003, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba, fica convocado o(a) servidor(a): MARCIO STEVE DE LIMA, matrícula n. 179.767-1, para no prazo de DEZ (10) DIAS, comparecer a esta Comissão, situada à Av. João da Mata - s/n, Centro Administrativo - Bloco I - 5º andar - Jaguaribe, nesta capital, de segunda-feira a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, a fim de apresentar DEFESA no Processo Administrativo Disciplinar nº 0024961-4/2014.

João Pessoa, 12 de março de 2015.

CLÁUDIO ROBERTO TOLÉDO DE SANTANA  
Presidente da CPI

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO - CPI

##### EDITAL DE CHAMAMENTO n. 31

Tendo em vista o que dispõe o Art. 151, Parágrafo Único, da Lei Complementar n. 58/2003, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba, fica convocado o(a) servidor(a): JOEL ESPINOLA BARRETO, matrícula n. 76.066-8, para no prazo de DEZ (10) DIAS, comparecer a esta

Comissão, situada à Av. João da Mata - s/n, Centro Administrativo - Bloco I - 5º andar - Jaguaribe, nesta capital, de segunda-feira a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, a fim de apresentar DEFESA no Processo Administrativo Disciplinar nº 0007905-3/2014.

João Pessoa, 12 de março de 2015.

**CLÁUDIO ROBERTO TOLÊDO DE SANTANA**  
Presidente da CPI

## **Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS**

### **EDITAL E AVISO**

**COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS (PBGÁS)**

#### **CONVOCAÇÃO DA 21ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E DA 70ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA PBGÁS**

Senhores Acionistas,  
Ficam os senhores Acionistas convocados a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária (AGO)** e **Assembléia Geral Extraordinária (AGE)**, no dia **16.04.2015**, às **14h30m**, na sede da Companhia, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, para, na forma dos arts. 6º, § 2º, III e IX, e 7º do Estatuto Social da Companhia, e do art. 132, I, II e III, da Lei nº 6.404/76, deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

##### **Assembléia Geral Ordinária – AGO:**

- 1 - Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
- 2 - Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício 2014 e sobre a proposta de pagamento de participação nos Lucros aos Diretores e de Participação nos Resultados aos Empregados da Companhia;
- 3 - Eleger os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, bem como deliberar sobre a manutenção da sua remuneração.

##### **Assembléia Geral Extraordinária – AGE:**

- 1 - Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração indicados pelos Acionistas Estado da Paraíba e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda;
- 2 - Deliberar sobre a manutenção da remuneração dos Administradores da Companhia.

João Pessoa, 16 de março de 2015.

**MARCELO ANTÔNIO CARREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**  
Presidente do Conselho de Administração

## **Companhia de Água e Esgotos do Estado da Paraíba**

### **EDITAL E AVISO**

**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA**

CNPJ 09.123.654/0001-87

NIRE 25300002034

#### **AVISO AOS ACIONISTAS**

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, com Sede Social na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Av. Feliciano Cirne, nº 220 – Bairro de Jaguaribe, inscrita no CNPJ 09.123.654/0001-87, comunica que encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, com as alterações da Lei 11.638 de 28/12/2007 e da Medida Provisória 449 de 03/12/2008, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

João Pessoa, 18 de março de 2015.

**Marcus Vinícius Fernandes Neves**  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

## **Secretaria de Estado da Administração**

### **LICITAÇÕES**